



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FABIANO DOS SANTOS RODRIGUES

**FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM CONFLITO
ECOLÓGICO NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

**Campina Grande, PB
2014**

FABIANO DOS SANTOS RODRIGUES

**FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM CONFLITO ECOLÓGICO
NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof.º Dr.º. Celso Gestemeir do Nascimento

Co-orientadora: Prof.ª. Dr.ª. Marilda Aparecida de Menezes

**Campina Grande, PB
2014**



R696f Rodrigues, Fabiano dos Santos.
Formas de dominação e resistência em um conselho ecológico na Amazônia Oriental / Fabiano dos Santos Rodrigues. - Campina Grande, 2014.
148 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.
"Orientação : Prof. Dr. Celso Gestemeir do Nascimento, Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes".
Referências.

1. Amazônia Oriental. 2. Conflito Ecológico. 3. Eucaliptocultura. 4. Assentamento Califórnia. 5. Desenvolvimento Sustentável. 6. Dissertação - Ciências Sociais. I. Nascimento, Celso Gestemeir do. II. Menezes, Marilda Aparecida de. III. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB). IV. Título
CDU 316.48:504.1(812.1)(043)

FABIANO DOS SANTOS RODRIGUES

**FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA EM UM CONFLITO ECOLÓGICO
NA AMAZÔNIA ORIENTAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.º Celso Gestemeir do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG)

Prof.ª Dr.ª Marilda Aparecida de Menezes (Co-orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG)

Prof.ª Dr.ª Ramonildes Alves Gomes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG)

Prof.ª Dr.ª Marcionila Fernandes (Examinadora Externa)
Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB)

**Campina Grande, PB
2014**

“No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”.

Chico Mendes

“Vivo da floresta, protejo ela de todo jeito. Por isso eu vivo com uma bala na cabeça a qualquer hora”.

José Claudio Ribeiro da Silva

AGRADECIMENTOS

É difícil citar denominar e agradecer a tudo e a todos e todas que contribuíram para a realização deste trabalho. Mas alguns agradecimentos não podem ser de forma nenhuma esquecidos. Primeiro as instituições como o Instituto Federal do Pará que em nenhum momento nos impôs dificuldades e nos concedeu o direito a licença para estudos, a CAPES pela concessão temporária do apoio financeiro que foi imprescindível e também ao PPGCS/UFCG que nos acolheu e suportou durante este tempo. De maneira irrestrita agradecer aos professores e professoras que durante esta nossa ainda curta vida acadêmica nos deixaram ensinamentos importantes, dentre estes a minha amiga Gislene professora ainda do ensino médio e que muitos ensinamentos ainda carrego, aos professores da graduação como Fernando Michelotti, Edma Moreira, Clóvis Barbosa e Célia Congilio, os professores e professoras do mestrado Ramonildes, Marilda, Celso, Ronaldo Sales, Mércia, Roberto Veras, Aldenor e Roseli, os não citados que me perdoem, mas esses e estas marcaram e em grande medida fez com que nossas percepções de mundo melhorassem. Agradecer também minhas amigas e amigos Kátia e Kelvia Queiroz, Iara e Genival Crescencio e o Ribamar Ribeiro Júnior sempre que solicitadas e solicitados não medem esforços e emoções para nos dar atenção da melhor maneira possível, a Mercedes e a Divina que os contatos e indicações nos foi de muita importância para a realização deste trabalho. Ao Andrade e a Cristina que nos recebeu e acolheu de forma tão nobre e refinada em seu lar.

RESUMO

Este trabalho se propõe a estudar e analisar como distintos atores sociais constroem e mobilizam instrumentos e estratégias de dominação e resistência em um conflito em que envolve disputas tanto pela posse, uso, acesso e garantia da qualidade de recursos naturais, sejam para acumulação de capital econômico sejam para a garantia de sobrevivência básica. O conflito que estudamos se manifestam e evidencia no Projeto de Assentamento Califórnia, localizado no município de Açailândia no estado do Maranhão onde ao longo de sua existência a população que ali viveu e vive têm convivido com problemas, incertezas e riscos de plantações de eucalipto que rodeiam toda a área do assentamento e de outras atividades realizadas com o material proveniente destas. A propriedade destas plantações ao longo do tempo foi mudada, contudo os proprietários são e sempre foram grandes grupos econômicos nacionais que se estabeleceram por meio da implantação de grandes projetos econômicos que a partir da década de 1960 passaram a serem implantados na Amazônia. Contudo, ao longo dos tempos muitas contradições e problemas deste processo tem se manifestado, como a não inclusão de parte da população que ali já vivia e foi atraída para a região e que diante de dificuldades e sem acesso e condições matéricas se organizaram em movimentos sociais para reivindicarem o acesso a recursos e meios de vida em especial a terra e contestarem a degradação, concentração e exploração exponencial de recursos naturais. Diante destes problemas, contradições e conflitos têm sido recorrentes e em grande medida intensos, dentre estes o que se manifesta e evidencia no referido projeto de assentamento. Como tratamos da trajetória histórica e social de atores sociais distintos e que ao longo de um determinado tempo, condições políticas, posse, controle e acesso a certos bens tem tornado essa distinção bastante acentuada, em especial por assimetrias de poder. Perante isto centralmente nos apoiamos numa metodologia histórica, social e comparativa, tendo por recorte analítico relações de dominação e resistência e nos apoiamos teoricamente numa articulação conceitual a partir das perspectivas de conflitos ecológicos em Alier, formas de resistência em Scott e dominação por consentimento ou hegemonia em Gramsci.

Palavras chave: Amazônia Oriental. Conflito Ecológico. Eucaliptocultura. Assentamento Califórnia. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This paper aims to study and analyze how different social actors construct and mobilize instruments and strategies of domination and resistance in a conflict involving disputes both the possession, use, access, and quality assurance of natural resources, whether for accumulation of economic capital are to guarantee basic survival. The conflict we studied manifest and evident in the Projeto de Assentamento Calif6rnia, located in the municipality of Aqail6ndia Maranh6o state where throughout its existence the people who lived and live there have lived with problems, risks and uncertainties of eucalyptus plantations that surround entire area of the settlement and other activities with the material from these. The ownership of these plantations over time has been changed, however the owners are and have always been major national economic groups that settled through the implementation of large economic projects from the 1960s began to be deployed in the Amazon. However, over time many contradictions and problems of this process has manifested, as the inclusion of part of the population that already lived there and was attracted to the region and set backs and without access conditions and materials organized in social movements revindicarem for access to resources and livelihoods in particular land degradation and challenge, concentration and exponential exploitation of natural resources. Faced with these problems, contradictions and conflicts have been recurrent and intense in large measure, among them what is manifest and evident in that settlement project. How we treat the historical and social trajectory of distinct social actors and that over a certain time, political conditions, ownership, control and access to certain goods that have become fairly sharp distinction, especially by power asymmetries. Given this centrally rely on a historical, social and comparative methodology, analytical approach by having relations of domination and resistance and theoretically rely on a conceptual articulation from the perspectives of ecological conflicts Alier, forms of resistance in Scott and domination by consent or hegemony in Gramsci.

Keywords: Eastern Amazon. Ecological conflict. Eucalyptus. Assentamento Calif6rnia. Sustainable Development.

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 01** - Capa da primeira edição do Informativo Polo Sustentável de setembro de 2007.
- Imagem 02** - Mapa da área de localização e influência do (PGC) Programa Grande Carajás.
- Imagem 03** - Mapa do traçado da EFC (Estrada de Ferro Carajás).
- Imagem 04** - Cartaz de convite para audiência pública do Projeto de Silvicultura da Suzano Papel e Celulose no estado do Tocantins.
- Imagem 05** - Placa na entrada de uma das empresas do Grupo Queiroz Galvão com a informação de áreas reflorestadas.
- Imagem 06** - Placas informativas sobre incentivos fiscais recebidos pela Gusa Nordeste.
- Imagem 07** - Placas informativas sobre incentivos governamentais recebidos pela Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré do Grupo Queiroz Galvão.
- Imagem 08** - Localização e situação do Assentamento Califórnia.
- Imagem 09** - Localização de fazendas da Suzano Papel e Celulose ao entorno do Assentamento Califórnia.
- Imagem 10** - Moradia e moradores de um lote de produção nas proximidades das áreas da Suzano Papel e Celulose.
- Imagem 11** - Área de expansão que fica no sentido de Imperatriz.
- Imagem 12** - Uma das Moradias que estavam sendo erguidas na área de expansão que fica no sentido de Açailândia.
- Imagem 13** - Um dos trechos críticos da principal estrada vicinal de acesso aos lotes de produção do Assentamento Califórnia na época da pesquisa.
- Imagem 14** - Logomarca do grupo ambientalista Greenpeace.
- Imagem 15** - Logomarca da CVRD e logomarca da Vale.
- Imagem 16** - Biblioteca construída nas dependências da escola no Assentamento Califórnia pela Suzano Papel e Celulose
- Imagem 17** - Parte dos trabalhadores da empresa Enflors que moram na agrovila do Projeto de Assentamento Califórnia desembarcando no fim de tarde.
- Imagem 18** - Áreas de pastagens são predominantes nos lotes de produção.
- Imagem 19** - Aspecto da paisagem de um lote de produção e ao fundo plantios de eucalipto.

- Imagem 20** - Horta cultivada por um morador na faixa de domínio do DNIT entre a primeira rua da agrovila do Assentamento Califórnia e a BR-010.
- Imagem 21** - Horta no quintal da família da senhora Maria Silva Lima, parte desta área é de domínio do DNIT.
- Imagem 22** - Horta cultivada por um morador na faixa de domínio do DNIT entre a primeira rua da agrovila do Assentamento Califórnia e a BR-010.
- Imagem 23** - Horta cultivada em um terreno ao qual não foi construído casa na agrovila.
- Imagem 24** - Banca montada pela família do Senhor Juvenal para a comercialização da produção na feira dominical de Açailândia.
- Imagem 25** - Imóvel onde se pretendia acomodar as instalações da casa do mel coordenada pela AAVA e estavam guardados os equipamentos do projeto recebidos das parcerias do SENAI e da Suzano Papel e Celulose.
- Imagem 26** - Reservatório de um dos poços construído pela iniciativa dos assentados com madeiras provavelmente retiradas de reservas nativas da Suzano Papel e Celulose.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 01:** Área de florestas plantadas com eucalipto nos estados de abrangência do PGC.
- Tabela 02:** População do Município de Açailândia.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AAVA**- Associação Agroindustrial Vale do Açailândia
- ABRAF**- Associação Brasileira de Florestas Plantadas
- BNDES** - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
- CELMAR** - Companhia Celulose do Maranhão
- COMARA** - Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária
- COOPAC** - Cooperativa de Produção do Assentamento Califórnia
- COSIPAR** - Companhia Siderúrgica do Pará
- CPRM** - Serviço Geológico do Brasil
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- STR** - Sindicatos de Trabalhadores Rurais
- CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce
- DNIT** - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- DOU** - Diário Oficial da União
- EFC** - Estrada de Ferro Carajás
- EUA** - Estados Unidos da América
- FCAM/CAMAR** - Faculdade de Ciências Agrárias do Campus Universitário de Marabá da
Universidade Federal do Pará
- FGC** - Ferro Gusa Carajás
- FIEMA** - Federação das Indústrias do Maranhão
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- FINAM** - Fundo de Investimentos da Amazônia
- FVRD** - Floresta Vale do Rio Doce
- GTDN** - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará.

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONU - Organização das Nações Unidas

PACS - Programa Agente Comunitário de Saúde

PGC - Programa Grande Carajás

PA's - Projetos de Assentamentos

PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

SAAE - Serviço de Autônomo de Água e Esgoto de Açailândia

SEMA-PA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

SINDIFERPA - Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará

SINOBRÁS - Siderúrgica Norte Brasil S.A

SPVEA - Plano de Valorização da Amazônia

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNCTAD - Conferências das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento

UNEP - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas

UIPN - União Internacional para a Proteção da Natureza

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. DO PERCURSO E DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....	22
2. ECOLOGISMO DOS POBRES, FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	28
2.1. Do conceito gramsciano de hegemonia.....	28
2.2. Críticas à teoria da hegemonia e das formas e manifestações de resistências em Scott.....	33
2.3. A emergência do ecologismo Mundial.....	37
2.3.1. Problematizando ecologismos, apresentando e definindo o ecologismo dos pobres.....	40
2.4. Pensando relações de dominação e resistência em conflitos ecológicos.....	47
2.4.1. Resistências em Scott e resistências do ecologismo popular.....	48
2.4.2. Hegemonia e conflitos ecológicos.....	54
2.5. Uma possibilidade analítica.....	55
3. A IMPLANTAÇÃO DE GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA ORIENTAL E A INSERÇÃO DA EUCALIPTOCULTURA.....	59
3.1 Do Projeto CELMAR à chegada da Suzano Papel e Celulose.....	64
3.2. A importância do Estado para projetos econômicos na Amazônia.....	70
4. TRAJETÓRIA E DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA.....	76
4.1. Considerações históricas, geográficas, institucionais e estruturais.....	81
4.2. Elementos e desdobramentos da organização política e social.....	94
5. O CONFLITO ECOLÓGICO, RELAÇÕES, INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO E DE RESISTÊNCIA.....	97
5.1. A construção de consensos necessários de empresas eucaliptocultoras.....	99
5.2. Alianças, instrumentos e estratégias de resistências da população do Assentamento Califórnia.....	109

5.2.1. Estratégias e instrumentos legítimos de resistência ecologizada.....	110
5.2.2. Formas de resistências ecologizadas para a reprodução material.....	113
5.2.3. Formas de resistências ecologizadas a partir de perspectivas ideológicas e políticas.....	129
6. CONCLUSÃO	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho consiste em analisar e refletir como ao longo de uma determinada época estratégias e instrumentos de dominação e resistências como discursos, argumentações e ações diante de um conflito ecológico têm sido construídos, modificados e mobilizados a fim de legitimar interesses de atores sociais distintos envolvidos no mesmo. Sejam interesses para o exercício de uma dominação, sejam para como formas de resistência. O caso que será tratado aqui se evidencia no Projeto de Assentamento Califórnia no município de Açailândia no estado do Maranhão, entre a população que ali vive e empresas que tem implantado nas áreas das circunvizinhanças deste assentamento grandes áreas com plantações de eucalipto.

De modo geral e em grande medida o conflito que se evidencia no Projeto de Assentamento Califórnia resulta de transformações advindas com a emergência e intensificação de dois grandes processos aos quais tem ocorrido, nas últimas décadas num contexto mais ampliado. O primeiro destes processos é o esverdeamento do mundo com a emergência da crise ecológica internacional que emerge no pós-segunda guerra e o segundo processo é o de modernização econômica ao qual passou, a partir da segunda metade do século XX, a explorar grandes quantidades de recursos naturais na Amazônia Brasileira, região esta em que se localiza no seu lado mais a leste ou oriental o projeto de assentamento ao qual dedicaremos parte de nossas atenções neste trabalho.

Em termos demonstrativos e práticos Altvater (1995) nos permite situar neste macro contexto afirmando que ao mesmo tempo da emergência das questões e da crise ecológica internacional, foi também estabelecida uma reorganização da divisão internacional do trabalho, onde várias atividades econômicas, que demandam quantidades significativas de recursos naturais, como a produção de celulose, a siderurgia, a exploração mineral, foram deslocadas de países centrais do mundo desenvolvido ou do hemisfério norte para países em desenvolvimento do hemisfério sul, dentre estes o Brasil. Tais mudanças provavelmente resultam em virtude de que é no hemisfério norte, onde os países tem mais poder de decisão na geopolítica internacional e foi lá como na Itália, Alemanha, Canadá e Estados Unidos que as preocupações ecológicas e as propostas de solução para esta surgiram primeiramente (BRÜSEKE, 1994), ficando os países em desenvolvimento como o Brasil numa posição subordinada aos imperativos desta nova situação.

Durante muito tempo parece ter havido certa repulsa para com as preocupações ecológicas que se deu num momento inicial. Evidentemente impostas a partir de um

imperativo fortemente influenciado pelas assimetrias de poder entre os países, nos países subordinados a tal processo como o Brasil. Ao longo do tempo parece que isso foi se modificando para um processo, pelo menos nos discursos, nas falas, nas políticas e em ações das mais diversas possíveis cada vez mais para um sentido “esverdeado ou ecologizado” sejam por empresas, governos, movimentos sociais e a sociedade civil como um todo. Entretanto, o aumento dos problemas ecológicos parecem não terem diminuídos e ao que parece a resolução destes e da crise ecológica como um todo está cada vez mais distante. Isso se apresenta e materializa no avanço das fronteiras de exploração dos recursos naturais que têm sido ampliadas cada vez mais, a fim de proporcionar aquilo que tem sido apontado como principal indutor e causador de problemas ecológicos em todo mundo que é a busca incessante do crescimento e o desenvolvimento econômico (BRÜSEKE, 1994).

Em virtude disso nessas fronteiras de exploração há de ter emergido e se intensificado conflitos de disputa, ao acesso, ao uso e a garantia da qualidade dos bens e dos serviços ecológicos ou ambientais conforme assinala Alier (2012). Uma dessas fronteiras da exploração dos recursos naturais e palco de intensos conflitos ecológicos evidentemente tem sido a Amazônia Brasileira, esta região nas últimas décadas foi colocada no centro de muitas atenções de agendas políticas nacionais e internacionais, sejam pelas preocupações ecologistas, sejam pelos interesses econômicos. Isso é o que preliminarmente nos permite pensar (ALIER, 2012); (MONTEIRO, 1998); (COSTA, 1992); (ALTVATER, 1995), pois a emergência da crise ecológica acelerou e intensificou o processo de modernização da Amazônia.

Para Petit (2003); Hébet (2004) este processo modernizador é iniciado ainda no final da década de 1940, a partir da criação de agências e planos de desenvolvimento como a SPVEA (Plano de Valorização da Amazônia) em 1948, e com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1966. Porém é nas décadas seguintes, especialmente durante as décadas de 1970 e 1970, que foram intensamente desencadeadas a implantação de grandes projetos de desenvolvimento em especial do lado da Amazônia Oriental¹, todos eles amplamente apoiados diretamente pelos governos. Por outro lado e ao mesmo tempo deste processo de modernização da região evidentemente os conflitos das mais diversas naturezas se intensificaram. Provavelmente tal intensificação se deu em

¹ A Amazônia possui uma divisão administrativa estabelecida pela legislação federal para fins de atuação da SUDAM o da Amazônia Legal que está regulamentada nas disposições transitórias da Constituição Federal de 1988 e dentro desta divisão administrativa possui uma subdivisão em Amazônia Ocidental, que é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e Amazônia Oriental, que é composta pelos estados do Amapá, Pará, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão que vai até o meridiano 44º.

grande medida pela atração migratória que se desencadeou e também das mudanças impostas a população que ali já vivia, além da condução das políticas governamentais, que privilegiou amplamente grandes grupos econômicos e relegou, em muitas situações lançou a própria sorte, outros atores sociais como indígenas, camponeses, extrativistas e trabalhadores do meio urbano (COSTA, 1992); HÉBETE (2004) (MONTEIRO, 1998). Conseqüentemente as disputas por meios e a busca por alternativas de sobrevivência de grande parcela da população que ali se estabeleceu há de ter também se acirrado das mais variadas maneiras. Dentre estas, a disputa pela terra e pelos recursos naturais de uma maneira geral, têm sido bastante intensos nas últimas décadas nesta região.

Transcorrida poucas décadas de significativa atividade de setores industriais que se estabeleceram na Amazônia Oriental em meio a estes processos dos últimos decênios, algumas já esbarram na escassez de alguns recursos naturais para as suas atividades produtivas, como é o caso de indústrias siderúrgicas, que atualmente tem buscado alternativas para a produção de carvão vegetal, que é um insumo energético fundamental na produção do seu produto final que é o ferro-gusa². Entretanto, este setor industrial de uma maneira geral se utilizou durante muito tempo de recursos de origem nativa e sem preocupação ecológica alguma para com a produção do carvão vegetal (ASSIS; CARNEIRO, 2010). Dentre as alternativas buscadas e implantadas está o reflorestamento com eucalipto ou simplesmente a implantação da eucaliptocultura que tem se expandido em larga escala na região da Amazônia Oriental nos últimos tempos. Além das indústrias siderúrgicas, mais recentemente outro setor industrial está se implantando na região que é a produção de celulose que também tem na eucaliptocultura, seu principal insumo de produção.

Ao que parece mudanças advindas no processo de implantação e expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental, não se operam apenas num plano mais estrito da produção material, mas também concomitantemente parece está havendo uma produção de estratégias e instrumentos, como ideias, discursos, ações a fim de dialogar com interesses e perspectivas de outros atores sociais presentes na região que tem convivido com problemas e que mesmo de forma às vezes não tão incisiva e organizada, tem empreendido formas de resistência a este processo de expansão deste tipo de cultura na região. Neste contexto pode está havendo ou já até esteja estabelecido algo muito semelhante ao que Alier (2012)

² A Siderurgia é um ramo da metalurgia que trabalha exclusivamente com o tratamento do ferro para produção de aço. Nas indústrias siderúrgicas da Amazônia Oriental a produção é predominantemente de Ferro-Gusa que é um subproduto para produção de aço que é obtido através da redução direta do Minério de Ferro que introduzido em um Alto-Forno passa por diversas transformações químicas e metalúrgicas até chegar ao estado líquido. Para o aquecimento destes Altos Fornos o carvão vegetal é o principal insumo energético e um dos principais insumos da produção de Ferro-Gusa como um todo (MONTEIRO, 1998).

demonstra e conceitua em grande medida como um conflito ecológico distributivo. Com isso este processo conflituoso necessita de novos instrumentos e estratégias mais aprimoradas e legitimadas que permita estas empresas manterem certo domínio perante as resistências e contestações que enfrentam. Sendo que, em virtude da grande difusão das preocupações ecológicas no mundo, esses instrumentos e estratégias aparentam estarem referenciados com preocupações e condutas, se não diretamente denominadas, mas muito diretamente relacionadas ao ecologismo e ao ecológico.

Contudo, pressupomos que estas mudanças se operam não no sentido de modificar profundamente as relações de poder entre atores sociais e nem tem diminuído problemas em especial os ecológicos, mas refinar, qualificar e adaptar a atuação destes atores sociais perante os conflitos e as novas mudanças que vem ocorrendo, em especial as que passaram a serem exigidas em virtude da difusão de preocupações advindas da crise ecológica internacional. Conforme colocado acima, só muito depois de terem surgidas no hemisfério norte é que são difundidas, aceitas e operacionalizadas aqui com mais força. Outra pressuposição inerente a isto é de que a dominação deste processo é exercida por atores sociais que em tese detém grande capital econômico, ou seja, as empresas e operacionalizada essa dominação não prioritariamente por meios de coerção mais rígidos, mas por meio de consensos sociais. Já os atores sociais que resistem são aqueles que não dispõem em excesso deste tipo de capital em especial atores sociais como indígenas, camponeses, dentre outros que tem nos recursos naturais uma base material básica de sobrevivência.

Para tentar demonstrar faces disto há evidências de que se processa, de maneira mais reduzida, porém não menos demonstrativa, a partir de embates e conflitos entre a população do Projeto de Assentamento Califórnia e empresas que já controlaram e controlam áreas com imensas plantações de eucalipto que rodeiam em todos os sentidos deste projeto de assentamento no município de Açailândia no estado do Maranhão. Porém pressupomos que estes conflitos e embates resultam de longos processos, conforme colocamos acima, em que historicamente tornaram estes atores sociais muito diferentes em virtude das contradições inerentes a todos estes amplos e reduzidos processos, conseqüentemente os colocando em situações e relações de acentuadas assimetrias de poder.

A evidência mais forte deste processo de conflito entre as empresas eucaliptocultoras e a população do Projeto de Assentamento Califórnia pode ser relacionada a ocupação de uma carvoaria, que a época (2008) pertencia então a empresa Vale e atualmente pertencem a Suzano Papel e Celulose, em que parte da população do projeto assentamento, ocupou esta como forma de chamar a atenção tanto para os problemas, como a fumaça que naquela época

tanto prejudicava a saúde de muitas pessoas que ali viviam e vivem, quanto para a concentração de grandes áreas de terra por empresas eucaliptocultoras e pelo uso dessas terras com fins estritamente econômicos. Não só a ocupação em si, mas os desdobramentos que isso ocasionou, conforme podemos perceber em pesquisas, com isso tais situações expuseram o conflito que às vezes não se manifesta cotidianamente de forma tão nítida, mas que em momentos de efervescência, como o colocado acima, se expõem com mais sinceridade e clareza, manifestando assim mais claramente ideias, visões de mundo e os interesses de cada ator social envolvido no mesmo.

Pensar em termos históricos tanto da modernização da Amazônia, quanto da emergência das preocupações e da crise ecológica internacional nos ajuda a compreender este conflito como um processo e não como um fenômeno em si. Diante disto mesmo sendo importante a revisão e compreensão destes dois grandes processos os mesmos serão tratados de forma secundária no trabalho, pois nosso foco evidentemente é tentar entender e fazer uma leitura do conflito em estudo dando ênfase a construção de instrumentos e estratégias de dominação e resistências dos atores sociais envolvidos no mesmo que é a População do Projeto de Assentamento Califórnia e durante um tempo foi a mineradora Vale antiga CVRD e atualmente tem sido com a Suzano Papel e Celulose.

Acreditamos serem estes e o ponto de partida para tentarmos entender o referido mais ainda não tão definido conflito ecológico. Diante disto apresentamos a seguir nossa pergunta de pesquisa: Como atores sociais distintos, envolvidos em um conflito ecológico distributivo, a partir de exigências e necessidades de determinados períodos e contextos históricos têm mobilizado estratégias e instrumentos de dominação e resistência?

De forma genérica e pelo o que pode nos evidenciar, a partir de apontamentos preliminares, a busca por legitimidade de atores sociais ligados ao campo econômico tem sido refeita de acordo com situações e circunstâncias no intuito de considerarem preocupações ecológicas para garantirem um novo consenso e conseqüentemente manterem sua dominação por meio de uma hegemonia. No que concerne à base de legitimação da população do Projeto de Assentamento Califórnia, supomos que esta tem se operado por meio de processos de resistências, no intuito de garantirem meios, recursos básicos de sobrevivência e não de acumulação de capital econômico. Entretanto, tais resistências, apesar de fundamentais, legítimas e necessárias, não colocam em questão a hegemonia em curso muito menos a dominação inerente a esta. Estas pressuposições acima colocadas são nossas hipóteses de partida para o desenvolvimento deste trabalho.

Em termos estruturais o trabalho será dividido em cinco capítulos. O primeiro relata o nosso percurso metodológico, colocando como se deu e por quais situações e motivos tivemos de adotar estratégias e metodologias de pesquisa diversa nas inúmeras circunstâncias e contextos que a pesquisa nos levou e exigiu.

O segundo capítulo, tendo por base o contexto de emergência das preocupações e da crise ecológica contemporânea, tem a proposta de fazer uma leitura sobre conflitos ecológicos e movimentos ecologistas, sobre do conceito de hegemonia e do conceito de resistências a fim de articular e relacionar elementos de ambos para de possibilitar uma leitura e uma interpretação teórica, na perspectiva de relações de dominação e resistências e de como se opera isso na dinâmica dos conflitos ecológicos na sociedade contemporânea.

No terceiro capítulo demonstraremos e analisaremos como se implantou e tem se desenvolvido a eucaliptocultura na Amazônia Oriental com foco para a área de influência dos grandes projetos ali implantados após a década de 1960 advindos com processo de modernização desta região.

No quarto capítulo faremos uma localização contextual do Projeto de Assentamento Califórnia e demonstrar como ali se evidencia e manifesta um conflito ecológico. Para isso elencaremos elementos históricos e informações obtidas em pesquisa de campo sobre as percepções e posturas individuais e coletivas diante deste conflito.

No quinto capítulo tentaremos demonstrar como os atores sociais distintos envolvidos neste conflito ecológico têm modificado ao longo do tempo suas estratégias e instrumentos de resistência e de dominação. Concluída assim esta parte introdutória e situacional do trabalho partimos então para o núcleo de desenvolvimento do mesmo, já no capítulo seguinte tentaremos tratar dos aspectos e dos desdobramentos metodológicos.

1. DO PERCURSO E DAS ESCOLHAS METODOLÓGICAS.

Dentre muitas das circunstâncias e fatores que motivaram a pesquisa no Projeto de Assentamento Califórnia vem ainda dos tempos do curso de graduação na UFPA (Universidade Federal do Pará), entre os anos de 2006 e 2010, pela inquietação que foi me despertando ao longo do tempo sobre a expansão das áreas com plantações de eucalipto nas cidades próximas ao município Marabá no estado do Pará e na área de influência do PGC (Programa Grande Carajás) como um todo. Com isso passei a atentar sobre tal temática e a participar de eventos promovidos por movimentos sociais, empresas, ler matérias e artigos em jornais, livros e na internet. Achava muito curioso de que em jornais e em denúncias dos movimentos sociais sempre estarem publicando uma série de irregularidades ambientais e trabalhistas de empresas siderúrgicas do denominado Polo Siderúrgico de Carajás. Por outro lado as empresas se manifestavam publicamente por diversos meios, sejam publicitários, jornalísticos, com justificações e retratações públicas sobre tais situações e em circunstâncias que geralmente não eram regulares e comuns essas manifestações.

O argumento mais utilizado pelas empresas para se justificarem e aliviarem os efeitos das más notícias estava no da promoção do desenvolvimento sustentável, que especialmente se materializava na expansão das áreas com plantações de eucalipto. Os debates e a difusão de informações foram tão significativos ao ponto de um dos sindicatos das empresas criar um veículo de comunicação específico para divulgar e fazer seu contraponto. Tal veículo, que era um informativo bimestral, circulou amplamente durante alguns meses. Para mim, as imagens e as matérias dos informativos, que também foram colocadas em *outdoors* e espalhados pelo núcleo urbano da cidade de Marabá, com a mensagem em especial do desenvolvimento sustentável me inquietava bastante, pois era difícil entender como que aquelas empresas se manifestavam com um discurso aparentemente tão belo e utilizando imagens tão agradáveis, mas que na prática denúncias dos movimentos sociais, do MPF (Ministério Público Federal), ações do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da SEMA-PA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará) colocavam muitas dúvidas sobre a coerência daquele discurso e das imagens manifestas pelas empresas. Vejamos a seguir uma demonstração disto através de uma imagem da capa da primeira edição do informativo do SINDIFERPA (Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará) que foi denominado inclusive de “Polo Sustentável”, a imagem de trabalhadores cuidando de

um viveiro de mudas também foi estampada em alguns *outdoors* que foram espalhados por Marabá:



Imagem 01: Capa da primeira edição do Informativo Polo Sustentável de setembro de 2007.

Fonte: Site do SINDEFERPA.

No meio de toda essa efervescência fui participar de um projeto de pesquisa junto a Faculdade de Ciências Agrárias do Campus Universitário de Marabá da Universidade Federal do Pará (FCAM/CAMAR) e foi neste projeto, sob a orientação do Professor Fernando Michelotti, que comecei a me organizar a fim de estudar esta problemática, que envolvia a escassez de matéria prima nativa para a produção de carvão vegetal e a expansão de áreas com cultivo de eucalipto para produção de carvão vegetal, que estava em grande efervescência. O problema que mais atingia as empresas siderúrgicas estava relacionado a produção e a disponibilidade do carvão vegetal, com isso estudos de soluções para tal problema eram tão latentes neste período e inclusive alguns trabalhos acadêmicos a respeito foram feitos, dentre eles um de autoria de um dos professores da FCAM/CAMAR e pesquisador do projeto ao qual era bolsista. Também surgiram propostas governamentais para o enfrentamento da problemática, como as contidas no programa “Um Bilhão de Árvores para Amazônia” que foi lançado em 2008 pelo governo do Estado do Pará. Foi imerso nesse debate e nesse contexto que mobilizei informações e conhecimentos para a elaboração do meu

trabalho de conclusão de curso na UFPA. Mesmo hoje o foco e as perspectivas sendo outras, de certa forma há algum tempo já venho acumulando algo sobre a temática deste trabalho, que mesmo com o passar de algum tempo ainda é muito pertinente.

A ideia inicial era tentar compreender o papel das empresas em meio a todo este processo. Entretanto, esta intenção inicial não foi possibilitada de se concretizar, pois as mesmas não disponibilizam informações primárias, se limitando a disponibilizarem apenas aquelas disponíveis nos veículos de comunicação e nos meios eletrônicos. O que em grande medida de posse de alguns equipamentos se pode ter facilmente o acesso, ficando ao pesquisador apenas o trabalho de selecionar estas de acordo com seus interesses e intenções. Quando da elaboração de nosso trabalho de conclusão de curso da graduação, percorremos diversos escritórios, mandamos vários correios eletrônicos, conversamos com diversos trabalhadores destas empresas, em especial as siderúrgicas, e não conseguimos muita coisa ou até mesmo nada em muitas situações para além das já amplamente difundidas. Durante a pesquisa deste trabalho também procuramos fazer contato com o departamento de relações públicas da Suzano Papel e Celulose no escritório de Imperatriz no estado do Maranhão e mais uma vez não conseguimos nada.

Pressentimos que parece haver um receio destas empresas para com pesquisadores e estudantes, mas isso também elas tem todo o direito de escolher e decidir se permitem ou não o acesso de pessoas que pretendem pesquisá-las ou estudá-las. Entretanto, durante todo este tempo fomos coletando, se não tudo, mas boa parte do que foi se produzindo e difundido sobre a problemática do carvão vegetal e do processo de expansão da eucaliptocultura na região em estudo. Dentre estas informações, trabalhos acadêmicos como artigos, dissertações e teses, além de matérias jornalísticas, documentos publicados por órgãos públicos, pelas empresas e suas associações como estudos de impacto ambiental, relatórios de atividades anuais, também relatórios e estudos de movimentos sociais e ambientalistas. A maioria destas informações e documentos foram acessados e obtidos por meio da internet. Acreditamos que a quantidade e a qualidade das informações contidas em todo esse conjunto de fontes possibilitam e contribuirão para subsidiar parte das nossas argumentações no trabalho como um todo.

Como a possibilidade de uma incursão de pesquisa mais incisiva e intensa com as empresas foram, digamos que frustradas, diante disso buscamos alternativas em que as frustrações fossem menores, então resolvemos procurar outros atores sociais envolvidos e relacionados com tais processos. Esta alternativa que se apresentava há muito tempo para nós, mas achamos por bem não investir primeiramente, que era a de ouvir os movimentos sociais,

lideranças e comunidades que de maneira geral estão envolvidas e impactadas e em uma situação, se não oposta, mais muito inclinada neste processo. Então formalizamos uma aproximação mais sistemática com estes atores sociais, pois tem sido mais abertos e receptivos a pesquisadores e estudantes.

A aproximação com os movimentos sociais e com pessoas ligados a estes nos foi em grande medida possibilitado ainda durante o período do curso de graduação, pois tivemos a oportunidade de conhecer diversas pessoas ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), em especial as que estudavam no Campus Universitário em Marabá da UFPA nos cursos do PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária). As turmas do PRONERA eram compostas por estudantes dos estados do Pará, Tocantins, Piauí e Maranhão, dentre estes haviam assentados e moradores do Projeto Assentamento Califórnia, assentamento este em que chegavam até nós muitas notícias que a população que ali vivia e vive enfrentava supostos problemas causados pelas plantações de eucalipto e por outras atividades que em uma das áreas da circunvizinhança se desenvolvia, em especial a produção de carvão vegetal. Na época as áreas de eucalipto pertenciam a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) que depois passou a ser denominada apenas de Vale. Esses contatos e conhecimentos preliminares posteriormente nos possibilitaram uma articulação mais sistemática e organizada para as nossas incursões de pesquisa que ocorrera anos depois no projeto de assentamento acima referido.

Nossa permanência no Projeto de Assentamento Califórnia durou cerca de 60 (sessenta) dias durante os meses de março, abril e maio do ano de 2013, visitando e conversando com lideranças, moradores e assentados, funcionários públicos, conhecendo localidades, registrando fotograficamente momentos, paisagens, dentre inúmeros outros procedimentos para compor o acervo da pesquisa de campo que ali empreendi. Durante a minha permanência naquela localidade fiquei hospedado na casa de um morador e que o mesmo nos ajudou na mediação e nos contatos com as pessoas que se tornaram nossos interlocutores.

Para obter informações dos nossos interlocutores não utilizamos questionários ou entrevistas estruturadas, mas priorizamos diálogos mais abertos e espontâneos. Contudo, a fim de também não deixar tão espontâneo e desorientado estes diálogos tracei uma estratégia de nos primeiros contatos e abordagens tentar saber: “quem eram as pessoas com as quais conversaria saber da sua trajetória e como estas foram parar e em que condições vivem no Projeto de Assentamento Califórnia?” A ideia deste primeiro questionamento era na intenção de fazer com que eu fosse me familiarizando com os informantes e com o campo de maneira

geral. Nos momentos posteriores das abordagens outra questão também nos orientou que foi a seguinte: “essas plantações de eucalipto aqui no entorno o que você acha disso?”. A ideia e intenção deste segundo questionamento era poder apreender e obter informações sobre a percepção e opinião dos interlocutores sobre as relações com as empresas que ao longo do tempo tem tido a posse das áreas da vizinhança.

No capítulo quatro onde trataremos mais do processo histórico de formação do projeto de assentamento as respostas obtidas a partir do primeiro questionamento é que nos ajudaram mais e no capítulo cinco onde tentaremos trabalhar formas de dominação e resistência individuais e coletivas as respostas obtidas a partir do segundo questionamento é que foram mais cabíveis. Obviamente, não fizemos apenas estas perguntas e não registramos apenas as respostas das mesmas, elas foram apenas perguntas geradoras e orientadoras, de acordo com que as conversas foram fluindo outras questões apareceram e conseqüentemente análises e respostas dos nossos interlocutores também. O registro de todas essas conversas, das observações feitas foram colocadas e sistematizadas em cadernos de campo, apenas algumas destas foram registradas fonograficamente com a utilização de um gravador. Muitas informações se repetiram em diferentes relatos daí resolvemos fazer uma triagem destas e inclusive eliminar algumas, no geral aproveitamos partes e fragmentos das falas e relatos de 15 (quinze) pessoas que foram fundamentais na construção da nossa interpretação, porém conversamos com muito mais que nem sabemos precisar o número exato.

Nos resultados desta incursão de pesquisa no Projeto de Assentamento Califórnia apareceram algumas classificações muito regulares e que nas análises e nas interpretações feitas por nós foram necessárias considerar. Entre estas classificações estão algumas que se referem a composição populacional do Projeto de Assentamento Califórnia que fundamentalmente são: a) os *moradores ou moradoras* que são pessoas que apenas moram na agrovila do Projeto de Assentamento Califórnia e não possuem, venderam ou repassaram para terceiros o *lote de produção* (outra categoria nativa) e não são mais cadastradas ou nunca possuíram cadastros no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); b) outra categoria são os *assentados ou assentadas* que são pessoas que moram ou não na agrovila, mas possuem lotes de produção, e também aqueles ou aquelas que adquiriram, compraram ou receberam por meio de mecanismos coletivos os direitos de antigos assentados e possuem cadastro no INCRA. Ou seja, o cadastro no INCRA é o que define ser o *assentado ou assentada* e o não cadastro apenas o *morador ou moradora*. Percebemos também o uso de outras duas categorias relacionadas ao espaço que são: c) o *lote de produção* que é o lote de

terra onde se desenvolve as atividades agropecuárias; *d) lote de casa ou de moradia* que é o terreno onde estão construídas as casas da agrovila³.

Além das abordagens dialógicas fizemos o levantamento de informações sobre o Projeto de Assentamento em outras fontes como a obtenção de informações em órgãos públicos, o registro fotográfico. Com todas estas informações de origem tanto primárias como também secundárias o cruzamento das mesmas foi fundamental para em certa medida no mínimo atestar a coerências das informações obtidas especialmente por meios de relatos e falas. Conforme já até mencionamos acima, o que obtivemos nesta pesquisa no Projeto de Assentamento Califórnia aparecerá de forma mais nítida e sistematizada nos capítulos quatro e cinco que é onde apresentaremos os desdobramentos e os resultados desta etapa do trabalho como um todo.

Tendo por pretensão estudar ações e relações de diferentes atores sociais em um determinado contexto de conflito e que evidentemente ocorrem num espaço e num determinado intervalo de tempo, as trajetórias histórica e social dos diferentes atores sociais serão de fundamental importância. Posteriormente com o desenvolvimento do trabalho podem ser possíveis comparações entre as trajetórias de ambos. Diante disto a metodologia histórica e social comparativa⁴ nos referencia e nos possibilita fazer estas comparações e nos permite também utilizar as referências e informações secundárias e os resultados e informações primárias obtidos na pesquisa de campo. Apesar de em alguns momentos pontuais tratar informações e dados com procedimentos característicos e predominantemente atribuídos a outras formas metodológicas como o uso de imagens, a referência a discursos, o uso de dados quantitativos, o uso também de procedimentos qualitativos, mas todos são apenas para nos auxiliar e possibilitar as comparações entre os distintos atores sociais. Com isso acreditamos que é possível alcançar o objetivo do trabalho. Concluídas estas considerações relacionadas diretamente aos procedimentos e desdobramentos metodológicos prosseguiremos então ao próximo capítulo onde tentaremos nossas leituras e reflexões teóricas.

³ Para um entendimento e compreensão de classificações nativas nos orientamos e referenciamos em Weber (2009).

⁴ Conforme orientações de Velho (1974); Schneider; Schmitt (1998) e Wood; Williamson (2007).

2. ECOLOGISMO DOS PROBRES, FORMAS DE DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA.

A proposta deste capítulo tem por objetivo fazer uma reflexão teórica a fim de subsidiar e referenciar as análises e reflexões que se desenvolverão ao longo do trabalho. Tendo em vista que enfocaremos conflitos ecológicos, nosso recorte analítico passa por uma discussão do que se convencionou chamar de movimentos ambientalistas ou ecologistas, de relações de conflitos inerentes a estes e com a expansão econômica que tem também ocorrido concomitantemente a este processo de esverdeamento da sociedade mundial. Entretanto, pressupomos que todos esses processos são assimilados e apropriados tanto para uma dominação por meio de uma hegemonia quanto para formas e movimentos de resistência diversos.

Diante disto a seguir faremos uma discussão conceitual de hegemonia, em seguida uma discussão conceitual de resistência. Num momento posterior colocaremos definições de movimentos ecologistas com destaque para a tese do ecologismo dos pobres e por fim tentaremos demonstrar conexões entre todos estes elementos e uma leitura que possibilite pensar e analisar relações de dominação e resistência em conflitos ecológicos. De imediato, na seção seguinte veremos a definição conceitual de hegemonia fundamentada na sua fonte mais clássica e difusa que parte de Antônio Gramsci que foi um pensador do início do século XX e viveu e elaborou suas teorias em um tempo que antecedeu a outros dois autores que iremos também trabalhar neste capítulo.

2.1. Do conceito gramsciano de hegemonia.

Dentro das teorias de tradição marxista a obra de Antonio Gramsci é situada como sendo a mais difícil de “ler de forma sistemática e rigorosa, em razão das condições particulares nas quais ela foi elaborada” (ANDERSON, 2002, p.15), suas definições conceituais encontram-se dispersas por seus escritos. Essa característica da obra gramsciana se constitui em virtude das condições ao qual o autor viveu e dos materiais disponíveis para a construção da mesma, pois boa parte foi escrita dentro de prisões italianas no período fascista (ANDERSON, 2002). A principal obra deste autor são Os Cadernos do Cárcere, obra esta que se constitui em 34 (trinta e quatro) cadernos escritos por ele literalmente na prisão (SADER, 2008). Nestes está, talvez, sua maior contribuição teórica para o pensamento social, que é a concepção de *hegemonia*. Contudo, antes de irmos à busca de uma definição ou

sistematização do conceito de hegemonia é necessário ressaltar o contexto histórico que influenciou significativamente para as conclusões e elaborações deste autor (COUTINHO, 2011).

O período observado por Gramsci foi uma época de “intensificação dos processos de socialização política” (GRACIOLLI; TOITIO, 2009, p. 171) de intensas lutas sociais, do surgimento de grandes sindicatos e do surgimento dos partidos de massa, tanto na sua terra natal, a Itália, quanto em toda a Europa a partir do último terço do século XIX. Como foi adiantado acima sua análise focaliza as organizações e estruturas sociais como os partidos e sindicatos permitindo assim notar a importância que Gramsci atribui a estas estruturas e organizações sociais e por outro lado ofuscando a ação individual e espontânea da multidão. Esse ofuscamento da ação individual em Gramsci é devido às condições do desenvolvimento histórico ao qual ele percebe e analisa. Com essa complexificação que o mundo e a realidade social tomaram e em função disto, para uma intervenção nesta, são necessários também “organismos complexos de sociedade”, que ele diz serem os “partidos políticos”, que portam os anseios e imperativos de uma coletividade e não apenas de uma pessoa real (GRAMSCI, 2011, p.16). Diante disto ele nos coloca a definição de grande e pequena política, sendo que seu foco analítico é o da grande política, onde evidentemente a atuação das estruturas sociais faz mais sentido:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômicas-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2011, p.21).

Lógico que como um teórico da tradição marxista, a concepção de organização social para Gramsci tem o parâmetro da divisão social em classes⁵ e a luta dessas classes sociais como o fundamento da trajetória da sociedade. Com isso a realidade se processa em um contexto de lutas e disputas frequentes entre classes dominantes e classes subordinadas, o

⁵ Ressaltamos que a classificação e denominação de ator social, com a qual já vem se trabalhando não é originalmente e nem se encontra em Gramsci (2011), pois este trabalha com uma forma de classificação por meio de uma compreensão de classes sociais. Entretanto, as situações as quais pretendemos estudar é de um contexto muito diferente ao qual este autor elaborou suas ideias. Por isso achamos por bem revisar e atualizar as leituras e a partir de uma compreensão em Menezes; Malagodi (2009) que são referenciadas em autores como o próprio Scott (2000) e que se assemelham muito aos termos e ao uso aos quais coloca Alier (2012). Tal denominação não cerceia a possibilidade de trabalharmos com as ideias de Gramsci (2011) em virtude apenas disso, pois independente das situações e diferenças sendo classes ou atores sociais as denominações, a natureza dessas classificações conceituais nestes referenciais teóricos se fazem no intuito de evidenciar e colocar diferenças sociais e também demonstram em grande medida assimetrias de poder existentes entre entes socialmente distintos.

campo destas disputas entre classes para Gramsci (2011) é a sociedade civil, esfera social esta percebida e trabalhada de forma original por ele. Neste campo de disputas, a classe dominante impõe a sua direção “política, moral e intelectual”, estabelecendo por meio desta imposição “sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal”, além de estabelecer determinismos, certezas à realidade social e garantindo sua dominação (COUTINHO, 2001). Neste contexto há também outra esfera social que é denominada de sociedade política sendo que esta é o próprio Estado (GRAMSCI, 1988) e que com seus desdobramentos e ações através das suas estruturas e organismos sociais reproduz e procura manter a sociedade estratificada em classes sociais, pois é um agente dos interesses das classes dominantes.

Um aprimoramento importante da teoria gramsciana em relação aos seus precedentes dentro da tradição histórica e dialética, como Marx e Engels foi perceber formas de dominação social com o uso mínimo da coerção e da violência física estatal, pois ele percebe uma articulação entre essas duas esferas: sociedade política e sociedade civil. Também percebe essa dominação para além dos aspectos meramente econômicos como fez Lênin (SADER, 2005), pois em virtude do desenvolvimento e crescimento da sociedade em especial a europeia, a sociedade civil passou a ser um espaço e ao mesmo tempo uma estrutura social privilegiada por meio de suas instituições, como igrejas, leis, parlamento, a opinião pública, onde estas reproduziam e difundiam os pensamentos, as ideias e as concepções de mundo próprias das classes dominantes como inteiramente abrangente e universal. Então toda essa articulação que culminava com a dominação das classes dominantes, a mesma já não era garantida pela força e pela coerção física, mas pelo *consentimento* ou *consenso*, que para nós são sinônimos, obtida evidentemente junto a si própria e às classes antagônicas. Então esta articulação é o que diretamente “refiro-me ao conceito de *hegemonia* em sua peculiar acepção gramsciana, ou seja, a de *direção* político-ideológico fundada no *consenso*, enquanto diversa (mas complementar) da *dominação* fundada na *coerção*” (COUTINHO, 2011, p. 19).

A proposta gramsciana, nesse sentido, leva a se conceber a *hegemonia* como a capacidade para generalizar uma visão do mundo, capacidade que se nutre tanto da pertinência argumentativa do discurso e de sua similitude com as expressões visíveis da realidade (ou sua capacidade para visualizar as expressões ocultas), como das manifestações de força que provêm das condições objetivas nas quais tem lugar as relações sociais, apareçam estas sob formas explícitas ou somente sob formas disciplinares ou indicativas. (CECENA, 2005, p. 37)

Vejam também nas palavras do próprio Gramsci (2011, p.95):

O exercício “normal” da hegemonia (...) caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública.

Para Eagleton (1997) o consenso ou o consentimento é o fundamento chave, original e de distinção na concepção de hegemonia para com o conceito de ideologia. O mesmo trabalha com diversos e amplos conceitos de ideologia, considera que o conceito de hegemonia é enriquecedor e não seccionador do conceito de ideologia. Isto se deve ao tratamento dado por Gramsci à ideia de hegemonia que consegue transpor o limite da noção de ideologia, que era compreendido apenas como um “sistema de ideias”, para uma dimensão “como prática social vivida” (EAGLETON, 1997, p.107). Isto é, a hegemonia não é uma noção apenas estática, para sua concretude ela precisa estar em movimento. Movimento este que está nas disputas, que evidentemente são conflituosas, na sociedade civil em virtude das lutas das classes sociais.

Este processo de conciliação e construção de consenso, na arena da luta de classe resulta também não da benevolência de ambas as classes, mas predominantemente de reivindicações das classes subalternas que faz com que as classes dominantes concedam algumas demandas, porém estas demandas concedidas, feitas a fim de se manter a hegemonia, não se constituem do não essencial, pois estas não alteram significativamente e profundamente as estruturas socioeconômicas e políticas.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitavelmente que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1988, p. 33).

De fato é um processo dialético de articulações e movimentos frequentes que se relacionam entre os processos de produção de vida imaterial, ou seja, o momento da superestrutura, como analisaria Marx em a Contribuição da Economia Política, onde no sentido gramsciano a hegemonia se exerce e influencia mutuamente no processo de produção da vida material que em termos do próprio Marx é o momento da estrutura (ANDERSON, 2002).

Todavia a conjuntura atual é muito diferente da época na qual Gramsci escreveu os seus cadernos e viveu o auge da sua militância política, momentos este que o mesmo viu, se não diante mais muito próximo dos seus olhos, o avanço da revolução socialista no mundo, esteve diante das insurgências operárias na Itália com as grandes greves das primeiras décadas do século XX e depois a emergência contrarrevolucionária do fascismo (MAESTRI; CANDREVA, 2007). Essas experiências biográficas de Gramsci nos permite entender um pouco mais da sua elaboração conceitual original de hegemonia que se tornou a mais difusa e lida e das categorias inerentes à mesma (ANDERSON, 2002). Ao mesmo tempo permite pensar que a hegemonia global contemporânea é tão acentuada e densa e que dentro da perspectiva do próprio Gramsci (2011) não há uma força agregadora e orgânica, como ele creditou teoricamente ao partido operário revolucionário, que possa empreender a *contra-hegemonia* necessária.

Mesmo sendo um conceito elaborado ainda nas primeiras décadas do século XX, porém importantes interpretações e releituras aplicadas no contexto contemporâneo têm sido feitas a luz das análises de Gramsci. Dentre estas estão Sader (2005), Ceceña (2005), Coutinho; Teixeira (2003), Coutinho (2011) que tem no geral direcionado suas análises para o contexto e os processos de correlações de forças na geopolítica internacional onde nas últimas décadas os esforços de grandes potências hegemônicas, principalmente os EUA, têm sido direcionados para o estabelecimento dos consensos neoliberais através do processo de globalização. Apesar dos fatores materiais econômicos serem significativos para motivarem a construção e a busca desse consenso e o estabelecimento da hegemonia inerente a tal, contudo, outros elementos imateriais, ideológicos, discursivos têm sido mais eficientes para atingirem objetivo final desta hegemonia. Vejamos a seguir uma sistematização disso em SADER (2005, p. 31):

Mas a hegemonia se tem bases materiais econômicas, é um fenômeno muito mais extenso do que o predomínio econômico. Uma das características fundamentais do século XX – e que diferencia a hegemonia britânica da norte-americana – é a ampliação dos níveis da hegemonia, fortalecendo seus elementos de consenso em relação aos de dominação. O *American way of life* foi a grande mercadoria vendida por Hollywood, projetando para o mundo os valores norte-americanos –morais, estéticos, entre outros. Vendeu um imenso mundo de mercadorias mediante seu enorme aparato de propaganda midiática, atrás do qual se inserem as grandes corporações e suas marcas. Desde o fim da URSS, e conforme a norte-americanização foi penetrando na Europa ocidental, no Japão e mais recentemente na China, esse plano passou a ser o de mais eficácia na hegemonia dos Estados Unidos no mundo, sem encontrar outras formas de vida – salvo as do fundamentalismo islâmico, adversário frágil neste plano – para concorrer com as suas.

A teoria da hegemonia de Gramsci e outras interpretações fundamentadas nesta é fortemente criticada por James Scott basicamente em virtude deste entender que uma hegemonia não proporciona uma dominação plena e nem promove a passividade dos dominados ou subalternos diante das relações de poder entre dominantes e dominados. Veremos na próxima seção parte desse entendimento de Scott e das suas contribuições, que ao mesmo tempo são críticas à teoria da hegemonia quanto uma elaboração teórica sobre formas de resistência.

2.2. Críticas à teoria da hegemonia e das formas e manifestações de resistências em Scott.

As críticas de Scott (2000) a Gramsci (2011) podem ser percebidas e manifestas a partir do recorte espacial em que os denomina de *transcrições públicas* e as *transcrições escondidas*⁶, que são dois espaços compreendidos por ele onde se realizam e manifestam as relações sociais. Vejamos a seguir como são definidos e entendidos estes espaços de manifestação e de relações de poder:

Con raras pero significativas excepciones, el subordinado, ya sea por prudencia, por miedo o por el deso de busca favores, le dará a su comportamiento público una forma adecuada a las expectativas del poderoso. Usaré El término *discurso público* como una descripción abreviada de las relaciones explícitas entre los subordinados y los detadores del poder. El discurso público, cuando no es claramente engañoso, difícilmente da cuenta de toda lo que sucede em las relaciones de poder. (SCOTT, 2000, p.24-25)

Los espacios sociales del *discurso oculto* son aquellos lugares donde ya no es necesario callarse las réplicas, reprimir la cólera, morder-se la lengua y donde, fuera de las relaciones de dominación, se puede hablar com vehemencia, com todas las palabras (SCOTT, 2000, p.149).

O espaço das transcrições escondidas é um elemento original de Scott (2000) em relação ao pensamento de Gramsci (2011) é neste espaço onde efetivamente e realmente se manifestam uma série de atitudes, comportamentos, discursos em que fogem do controle dos instrumentos e mecanismos de dominação estabelecidos como o exercício de uma hegemonia. Tais instrumentos e mecanismos de dominação ocorrem e alcançam efetividade apenas no espaço das transcrições públicas, ficando assim o espaço das transcrições escondidas livre das ações e coerções da dominação. São em grande medida manifestações que ocorrem no espaço

⁶ Os termos originais da tradução em espanhol são *discurso oculto* e *discurso público*.

das transcrições escondidas que Scott (2000) os considera como formas de resistências que ocorrem cotidianamente de forma discreta, difusa, dissimulada e espontânea:

Con esse término, quiero designar una gran variedad de formas de resistencia muy discretas que recurren a formas indirectas de expresión. Comprender la sustancia de esta infrapolítica, sus disfarces, su desarrollo y sus relaciones con el discurso público será de gran ayuda en el esclarecimiento de algunos enojosos problemas del análisis político, en especial la cuestión de la incorporación hegemónica (...) (SCOTT, 2000, p.44).

Uma característica destas formas de resistência que ao mesmo tempo é outra crítica a concepções gramscianas, estão quanto o não necessário atrelamento e existência de estruturas de organizações coletivas como sindicatos, partidos e podemos dizer também de movimentos sociais ou outro tipo de organização mais estruturada para que essas formas de resistências, que não deixam de ser também formas de luta, se processem e existam. A existência dessas formas de resistências também é a demonstração de Scott (2000); (2002) de que as formas de dominação não são totais e os dominados não aceitam as condições de dominação de maneira plenamente passiva, como se interpretam a partir das perspectivas teóricas orientadas pela teoria da hegemonia e da falsa consciência. O que essas perspectivas interpretam são para Scott (2000); (2002) apenas faces e aparências das relações de poder como um todo, lógico que se considerados os espaços de transcrições públicas e da transcrições escondidas:

Como ya vimos, los poderosos consideran de vital importancia mantener las apariencias adecuadas a su forma de dominación. Generalmente, los dominados tienen a su vez buenas razones para contribuir a preservar esas apariencias o, por lo menos, para contradecirlas abiertamente. Me parece que de estos dos hechos sociales considerados en conjunto se desprenden importantes consecuencias para el análisis de las relaciones de poder. En este capítulo examinaré cómo los conceptos de discurso público y discurso oculto nos pueden ayudar a formarnos un idea más crítica de las distintas discusiones que han surgido en torno a los problemáticos términos de *falsa conciencia y hegemonia*. La combinación de una estrategia de adaptación y el diálogo implícito en la mayoría de las relaciones de poder permite que los actores públicos oferezcan una corriente constante de pruebas que aparentemente confirman la interpretación de que existe un hegemonia ideológica. Tal vez esta interpretación no este equivocada, pero trataré de mostrar que es insostenible con las pruebas normalmente aducidas y que, además, por los casos que voy a examinar, existen otras buenas razones para ponerla en duda. Al final, haré un breve análisis de cómo algunas formas de dominación producen ciertos ritos de afirmación, ciertas formas de conflicto público y, finalmente, ciertos modelos de profanación y desafío (SCOTT, 2000, p.97-98).

Todavía, é necessário também entender como essas formas de resistência se manifestam. Dentre ações de resistência colocadas a partir das experiências de Scott (2002) que se deram predominantemente no contexto rural da Vila de Sedaka entre camponeses, funcionários do governo da Indonésia e grandes proprietários de terra. O que vão aparecer nos

exemplos empíricos de Scott (2000); (2002) é uma série de ações e discursos que se pensados dentro do referencial e dos limites da legislação e da institucionalidade boa parte destes seriam considerados crimes, delitos. Mas essa criminalização das formas de resistência, em especial de grupos dominados, ela se faz intencionalmente para em grande medida beneficiar os grupos dominantes e legitimar suas formas de dominação (SCOTT, 2002). A partir dos resultados destas incursões de pesquisa este autor conceitua resistências, adjetivadas como camponesa, conforme veremos a seguir:

O objetivo, afinal, da grande expressão da resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele. O objetivo comum dos camponeses, como Hobsbawm tão habilmente definiu, é “trabalhar o sistema no sentido das desvantagens mínimas” (1973:12). Assim, são consequências possíveis da persistente tentativa dos camponeses de se apropriarem de pequenas porções: o alívio, marginal, da exploração; a ampliação dos limites da renegociação das taxas de apropriação; a mudança do percurso do desenvolvimento subsequente e, mais raramente, a contribuição para a derrocada do sistema. (...) Em qualquer caso, muitos dos esforços dos camponeses serão vistos pelas classes apropriadoras como truculência, fraude, vagabundagem, furto ou arrogância em resumo, todas as etiquetas planejadas para denegrir as muitas faces da resistência. A definição das classes apropriadoras pode, outras vezes, transformar algo que diz respeito somente à luta não reflexiva pela subsistência num ato de rebeldia. (...) O trabalhador pobre e sem terra, que rouba arroz de outro homem pobre ou que o sobretaxa pelo arrendamento, está sobrevivendo, mas certamente não está resistindo no sentido aqui definido. (SCOTT, 2002, p.30)

A incisiva menção e qualificação do campesinato em Scott (1979); (1985); (2000); (2002) também se constitui como uma apologia e confiança do potencial reivindicatório e revolucionário deste. Por outro lado também é mais outra crítica ao pensamento gramsciano. Tal crítica se acentua pela rigidez e pela centralidade conceitual e analítica da teoria da hegemonia em creditar as estruturas sociais como classe, partido, estado como fundamentais na análise teórica e para a ação política em detrimento da ação dos atores sociais de forma menos rígidas, mais espontâneas e sob a denominação e domínio destas estruturas sociais. Essas críticas de Scott se manifestam quando o mesmo coloca que é inadmissível ou pelo menos questionável durante toda a história moderna o campesinato não aparecer, digamos que nos anais desta, como protagonista de importantes processos de lutas e das revoluções, pois por não serem considerados a partir dessa perspectiva rígida e estrutural de pensamento como uma classe social, no sentido marxista clássico capaz de promover a emancipação dos subalternos e dos desvalidos, estes sempre apareceram como coadjuvantes das estatísticas e da história como um todo. Vejamos a seguir o que diz Scott:

Em outros tempos, quer dizer, na maior parte do tempo, os camponeses apareceram nos registros da História não tanto como atores históricos, mas como contribuintes

mais ou menos anônimos para as estatísticas sobre densidade populacional, impostos, migração da mão-de-obra, propriedade de terras e a produção agrícola. (...) Em grande medida, pode-se dizer que a historiografia da luta de classe tem sido sistematicamente distorcida em favor de uma posição centrada no Estado. Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos. (...) Por todas essas razões, ocorreu-se que a ênfase nas rebeliões camponesas estava mal colocada (SCOTT, 2002, p. 11-12).

A capacidade e o potencial de ação, dissimulada e espontânea dos atores e dos grupos sociais aos quais não eram possíveis de serem enquadrados nas categorias e nos conceitos referenciadas pelo pensamento de Gramsci e de outras vertentes marxistas, conforme colocadas por Scott (1979), foi durante bom tempo negligenciado em detrimento da crença de que a ação política a partir de uma perspectiva vanguardista de elites revolucionárias abrigadas em especial nos partidos comunistas espalhados mundo a fora. Esta crítica permeia Scott (1979); (1985); (2000); (2002) e é a partir dela que constrói seu conceito de resistência, apresentado em Scott (1985); (2002), que em virtude das suas pesquisas com o campesinato malaio, denomina de resistências cotidianas camponesas. Ao mesmo tempo desconstrói e demonstra as fragilidades de forma muito original e consistente em especial da teoria da hegemonia. Apesar de pertinentes, necessárias e enriquecedoras estas críticas de Scott, também têm seus limites, pois num processo de disputas e conflitos esses processos de resistências difusas, espontâneas e dissimuladas pouco alteram de forma mais aprofundada as relações de dominação num contexto ampliado ou no espaço das transcrições públicas. Consideramos e nos referenciamos nisto a partir de possibilidades analíticas do próprio Gramsci (2011), conforme veremos mais a frente.

Feito essas considerações sobre conceitos de resistência cotidiana e camponesa em Scott (2000); (2002) veremos na seção seguinte o contexto de emergência do movimento ecologista internacional e de uma vertente deste denominada por Alier (2012) de ecologismo dos pobres ou ecologismo popular, que tem sido um movimento a nível mundial que tem fundamentalmente reagido e resistido perante a ação de atores sociais do campo econômico que tem ameaçado seus meios e recursos básicos de sobrevivência.

2.3. A emergência do ecologismo Mundial

A visibilidade, as preocupações e as ações para com os conflitos ecológicos e os movimentos ambientalistas⁷ surgem com mais força no mundo a partir do contexto do pós-segunda guerra com a emergência das preocupações advindas com a crise ecológica internacional. Apesar de emergirem neste contexto, Diegues (2001) e Thomas (2010) demonstram em seus trabalhos que as preocupações da relação do homem com o meio natural não são tão recentes assim, entretanto essas preocupações eram mais características de elites em especial na Europa e nos EUA. Nas ciências sociais, Thomas Malthus e Karl Marx geralmente são lembrados como pensadores que de uma maneira ou de outra já se preocupavam com a relação do homem com a natureza e a limitação dos recursos naturais. Porém as preocupações destes pensadores foram orientadas a partir de paradigmas e concepções do tempo em que viveram, em que a percepção humana ocidental predominante era da capacidade infinita de suporte da natureza a fim de fornecer e suprir com os recursos necessários, para que através e por meio do trabalho humano o progresso e o desenvolvimento tornassem a vida humana melhor, com isso essas preocupações de cunho mais ecológico eram relegadas ou até ignoradas (MONTIBELLER-FILHO, 2005).

Para Leis e D'amato (1994) é no ano de 1948 que acontecem eventos que marcam os primeiros grandes momentos de emergência do ambientalismo ou ecologismo mundial. Isto ocorre com a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), criada por um grupo de cientistas vinculados a ONU e é também realizada a conferência científica das Nações Unidas Sobre Conservação e Utilização de Recursos. Contudo, é em 1972 com a publicação dos estudos e resultados do Clube de Roma, intitulado de "Os Limites do Crescimento", que foi organizado por Dennis L. Meadows e também subsidiados pelos resultados da conferência de Founex que foi realizada em 1971 na Suíça, que possibilitaram a realização Conferência de Estocolmo que foi a "primeira grande discussão internacional" da crise ecológica contemporânea (BRÛSEKE, 1994, p.14).

Nestes estudos do Clube de Roma os pesquisadores apontaram as limitações do crescimento econômico, em função da imensa destruição que este tinha causado ao meio ambiente e da limitação quantitativa de recursos naturais. Como foi constatado em todos esses eventos e estudos de que o crescimento econômico e destruição do meio ambiente são, parafraseando na linguagem da matemática básica, duas grandezas diretamente proporcionais,

⁷ Seguindo uma orientação de Alier (2012) utilizaremos também as palavras, ecológico, ambiental, ecologista e ambientalista de forma indistinta neste trabalho. Existem diferenças conceituais sobre as mesmas, mas não é nossa preocupação quanto a isso.

após a Conferência de Estocolmo sucedeu-se uma série de tentativas teóricas, durante a década de 1970, através de uma série de publicações de relatórios como “a Declaração de Cocoyok que foi resultado de uma reunião da UNCTAD (Conferências das Nações Unidas sobre Comércio-Desenvolvimento) e do UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas) em 1974”, do Relatório Dag-Hammarskjöld em 1975 que produziu um aprofundamento das discussões e do relatório oriundos de Cocoyok, além do aparecimento do termo ecodesenvolvimento que foi usado primeiramente por Maurice Strongs em 1973 e depois elaborado por Ignacy Sachs. Este conceito de ecodesenvolvimento foi o embrião daquilo que anos depois se difundiu como desenvolvimento sustentável (BRUSEKE, 1994, p. 15). Durante a década de 1980 o grande marco do ambientalismo mundial foi a constituição da Comissão Brundtland em 1983 e a publicação do relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland em 1987, esses acontecimentos da década de 1980 culminam já na década de 1990 com a realização da Conferência da Terra ou a Rio-92 em 1992 na cidade do Rio de Janeiro (BRÜSEKE, 1994).

Além desses acontecimentos, no campo científico e na política formal, emerge também numa arena política mais informal e ao mesmo tempo no campo social os movimentos ecologistas de massa principalmente nos EUA e na Europa. É dessa época a fundação de dois dos grupos ambientalistas mais conhecidos no mundo atualmente, a WWF ou “Fundo Mundial para a Natureza” que foi fundado em 1961 na Suíça e o Greenpeace fundado em 1971 no Canadá e depois transferiu sua sede para a Holanda. Esse processo de surgimento de movimentos ecologistas de massa, Castells (1999) vai denominar de o “verdejar do ser”, que é um dos processos de organização social e política, mais importantes das últimas décadas do século XX.

A partir deste contexto Castells (1999) também nos fornece uma definição de movimentos ecologistas ou ambientalistas. Tal definição baseia-se numa caracterização por meio de tipos ideias, buscando algumas regularidades e características que foram observadas em movimentos ambientalistas em especial nos EUA e na Alemanha nas últimas décadas do século XX. Contudo, esta definição é muito rígida, pois as ações e o porte de um discurso da proteção e do cuidado com a natureza e a intervenção institucional para tal é fundamental e determinante para definir conceitualmente o que seja um movimento ecologista ou ambientalistas. Vejamos a seguir o que coloca este autor:

Por *ambientalismo* refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante (CASTELLS, 1999, p.143).

Porém, tal processo apesar de influenciar e repercutir em todo o mundo ocorre com mais vigor no hemisfério norte. O processo protagonizado pela massificação dos movimentos ecologistas foi tão significativo que inclusive adentrou na política formal, como o caso da Alemanha em 1983, exigiu e conseguiu em certa medida critérios e uma regulamentação ambiental mais efetiva nos países do hemisfério norte. Como as relações geopolíticas tem sido estabelecidas com assimetrias de poder muito acentuadas, logo foi estabelecida uma nova redefinição internacional do trabalho levando em conta preocupações ecológicas. Na prática e em grande medida esta nova redefinição da divisão internacional do trabalho significou a transferência de atividades econômicas de grande impacto e degradação ambiental dos países do hemisfério norte para países do hemisfério sul. Tal processo ocorreu não apenas por esta correlação de força geopolítica, mas em função também de uma disponibilidade maior de recursos naturais nestes países da parte meridional do planeta (ALTVATER, 1995).

Foi neste contexto onde o referido processo de expansão do capitalismo contemporâneo, por meio da expansão das fronteiras de exploração dos recursos naturais e que ao mesmo tem emergido processos de resistências e lutas de atores sociais diversos, em grande medida marginais ao campo econômico, que Joan Martinez Alier por meio de inúmeras pesquisas concebeu a ideia de um movimento ecologista popular ou de ecologismo dos pobres. Tal concepção basicamente entende que mesmo muitas dessas resistências e lutas não sendo convencionalmente conceituadas ou denominadas de ecologistas ou ecológicas, mas os conteúdos destas são ecológicos no seu sentido mais estrito. Esta vertente ecologista tem surgido com mais força nas últimas décadas predominantemente nos países do hemisfério sul, inclusive na Amazônia, e tendo como protagonistas camponeses, indígenas, extrativistas, trabalhadores urbanos, dentre inúmeras outras categorias sociais economicamente pobres que tem nos recursos naturais e nas relações que estabelecem com o meio natural em si predominantemente fontes básicas de sobrevivência.

Para nós essa concepção de Alier (2012) problematiza e coloca em questão convenções e concepções teóricas das ciências sociais sobre movimentos ecologistas ou ambientalistas que primeiramente privilegiaram e visualizaram como ecologicamente legítimas apenas ações de grupos e movimentos organizados no hemisfério norte. Ao mesmo tempo se coloca como uma importante alternativa teórica de se pensar tanto movimentos ecologistas e conflitos ecológicos por um viés materialista e contextualizado, onde as contradições e os processos inerentes à expansão das fronteiras do capitalismo são de fundamental importância nas análises e nas compreensões a que se pretendem.

2.3.1. Problematizando ecologismos e definindo o ecologismo dos pobres.

A emergência do ecologismo mundial seria mais uma vez uma invenção ou criação vinda de países que tem ao longo dos tempos modernos tem se portado e agido como os guardiões da redenção do mundo, dos meios e das soluções para uma vida melhor de todos? Para Banerjee (2006) citando Mies e Shiva (1993) sim, pois foi assim com o processo de colonização e com a ideia de civilização, depois com as promessas de progresso e desenvolvimento para o terceiro mundo e tem sido assim também em grande medida com as propostas de proteção do meio ambiente nas últimas décadas. Todos esses processos liderados por países ricos e homens brancos tem tido uma característica comum que é a privação de populações locais dos seus recursos e direitos. No que tange a salvação do meio ambiente se mantiver este pacto colonial esta proposta de salvação da natureza corre um profundo e sério risco de fracassar. Para estas autoras é inconcebível, inadmissível ou no mínimo questionável, a partir de experiências históricas, que as soluções propostas para a salvação do meio ambiente possa ser por meio dessa ordem colonial que evidentemente e em grande medida ainda não se desfez. É sob esta orientação que significativamente o ecologismo surgido no hemisfério norte tem agido e longe de ser contestado tem conseguido grande adesão e consenso inclusive em países subordinados a tal pacto. Neste contexto pressupomos que a proposição do ecologismo dos pobres tenta ser uma alternativa epistemológica crítica às concepções de ecologismo orientadas por este pacto colonial que tem no limite das suas estruturas privilegiado o bem econômico e a acumulação de capital, permeando também o conhecimento e a ciência social com um todo, haja vista as primeiras definições de ecologismo e ecologistas virem de países ricos do hemisfério norte.

Para Alier (2012, p.21) atualmente existem três grandes correntes do ecologismo ou do ambientalismo no mundo, que apesar de distintas surgiram a partir de um ponto comum que foi “uma reação ao crescimento econômico”, contudo as distinções entre estas são mais comuns e numerosas. Estas são bases para inúmeras ramificações do movimento ecologista ou ambientalista como um todo no mundo. São elas: “o culto ao silvestre”, “o evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”. Além destas três vertentes estritamente ecologistas há também uma quarta que é a antiecologista que ignora, deprecia e desqualificam as demais (ALIER, 2012). A seguir faremos um panorama conceitual e contextual de maneira respectiva de cada uma das três correntes ecologistas a fim de elucidar sobre tal classificação e definições inerentes a tais.

As primeiras formas de ecologismo foram as percepções vinculadas ao “culto da vida silvestre”. O argumento central desta vertente ecologista é o de que todas as espécies de seres vivos tem direito a vida e não cabe ao homem eliminá-las. Isto tem fortes elementos de apelo com formas de pensamento e concepções religiosas, tanto de natureza judaico-cristãs, religiões estas fortemente antropocêntricas, mas que a partir da “passagem bíblicas da Arca de Noé, um caso notável de conservação *ex situ*⁸ e do caso de São Francisco de Assis que se preocupou com os pobres e alguns animais” demonstram esse apelo religioso dessa vertente ecológica. Além de que se baseiam também em apelos religiosos de religiões orientais e do panteísmo, religiões estas menos antropocêntricas (ALIER, 2012, p.23).

Os trabalhos de Diegues (2001) e Thomas (2010) são ricos na descrição e em análises de situações em que podemos dizer que são manifestações dessa forma de ecologismo de culto a vida silvestre. Essas manifestações ecologistas emergiram primeiramente no hemisfério norte, se orientavam a partir da ideia de uma natureza pura e intocada, além de que os praticantes destas compreendiam que qualquer intervenção humana no meio natural seria maléfica. Thomas (2010) trata como ao longo do tempo a sensibilidade e a relação do homem ocidental com o meio natural foram se modificando, de uma relação mais próxima, antes do processo de modernização advindo com o modo de produção capitalista, para uma relação mais antropocêntrica e distanciada desta após tal processo. Essa relação e sensibilidade de antes do advento da modernidade segundo Diegues (2001) foi em grande medida a base e o referencial para o ecologismo preservacionista que surgiu principalmente nos EUA no final do século XIX e juntamente com outra corrente oposta, a conservacionista, influenciou fortemente os movimentos ambientalistas de massa que surgiram no contexto do pós-segunda guerra:

(...) a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 2001, p.30).

No que tange a ação desta corrente ecologista Diegues (2001) destaca a criação de reservas naturais onde o objetivo era preservar áreas em que objetivavam uma preservação pura o que em grande medida não permitia a ação e a interferência de humanos. O exemplo mais concreto dessas ações foi a criação de parques e áreas de preservação nos EUA mesmo com os embates e impasses em virtude da ação de outras concepções ecologistas, mas que durante os anos de 1933 a 1946 passou de uma área de 14 milhões de acres para uma área de

⁸ Conservação fora do lugar de origem

20 milhões de acres durante este período. A criação dessas áreas primeiramente teve um objetivo estético para a contemplação da natureza, depois o objetivo passou a ser baseado em princípios da ecologia pura (DIEGUES, 2001).

Este modelo de criação de áreas de preservação foi exportado para diversas partes do mundo onde tem sofrido muitas críticas. Dentre estas críticas está a de que esta corrente ecologista não se preocupa com problemas mais graves como a urbanização, os impactos da indústria, dentre inúmeros outros problemas ecológicos mais macroestruturais, privilegia aspectos imateriais e abstratos como a contemplação e a valoração estética. Segundo (ALIER 2012, p.12) “O ‘culto ao silvestre’ não ataca o crescimento econômico enquanto tal. Até mesmo admite sua derrota na maior parte do mundo industrializado”. Isto seria uma forma de refúgio dessa forma de ecologismo em ilhas naturais de preservação pura em relação ao mundo moderno urbano e industrial.

Outra crítica importante a ação do ecologismo preservacionista e de maneira geral o de culto a vida silvestre foi quando da exportação desse modelo dos parques naturais, principalmente para países tropicais no hemisfério sul, o que gerou muitos conflitos, pois muita das áreas eram habitadas por populações autóctones como indígenas, extrativistas e que na implantação dessas áreas eram invisibilizados e em certa medida até criminalizados, tanto pelo estado como por outros atores sociais externos definidos até então como ecologistas.

É importante ressaltar que a concretização histórica desse mito de natureza intocada, mediante a criação de parques naturais e reservas se deu e ainda se dá, nos países tropicais, em áreas frequentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras, por sua vez, de outros mitos e simbologias relativos à natureza. O conflito entre a visão das chamadas *populações tradicionais* e a dos preservacionistas/entidades conservacionistas tradicionais estatais não pode ser analisado, no entanto, simplesmente como oposição entre mitologias e simbolismos. O conflito se reporta também à ecologia política ou à política *tout-court*, uma vez que o Estado impõe sobre espaços territoriais onde vivem populações tradicionais outros espaços tidos como “modernos e públicos”: o dos parques e reservas de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores. Num primeiro momento, esses atores sociais são *invisíveis*, e os chamados “planos de manejo dos parques” nem sequer mencionam sua existência (DIEGUES, 2001, p. 158).

A segunda grande vertente ecologista definida por Alier (2012) é aquela que credita toda confiança ao “princípio da ecoeficiência”. Tal vertente entende que em linhas gerais de que se a natureza ou os “recursos naturais” forem racionalmente usados não há necessidade do radicalismo preservacionista anti-antrópocêntrico. A partir do que também nos trás Diegues (2001) essa crença na ecoeficiência pode ser entendido como o que tem sido em grande medida a base para o ecologismo oposto ao preservacionismo que é o conservacionismo e a

base também daquilo que se difundiu amplamente e convencionou – se chamar de desenvolvimento sustentável.

Longe de pretender fundamentalmente o refúgio do mundo moderno, esta vertente ecologista busca conciliar um dos fundamentos e desejos típicos da sociedade moderna que é o desenvolvimento econômico, com o uso racional e a conservação dos recursos naturais. É baseado neste princípio que os atores do campo econômico encontraram uma oportunidade para atuarem, modificarem suas percepções e refazerem seus instrumentos e estratégias de legitimação. Este processo de inserção dos atores sociais do campo econômico se acentuou a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990 com a publicação do Relatório Brundtland. Para Leis e D'amato (1994, p. 45) a definição de desenvolvimento sustentável publicada no referido relatório, trouxe vinculada consigo uma ideia de mercado verde, contribuindo para que durante a década de 1990 “empresas começassem rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais”. Até então as preocupações ecológicas eram mais características e predominantemente de cientistas e de ambientalistas em especial os de orientação preservacionista. Pressupomos que em virtude disto esta vertente ecológica tem sido a de maior força e difusão no mundo.

Outro fator importante para a difusão e fortalecimento desta vertente ecologista tem sido o esforço de organismos internacionais em especial os vinculados a ONU e também de outros organismos multilaterais internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial que tem se preocupado com questões relacionadas sobre crescimento, desenvolvimento econômico e problemas ecológicos. A demonstração mais concreta desse esforço tem sido a própria publicação do Relatório Brundtland e a realização das conferências internacionais como a Rio-92, Rio mais 10 e Rio mais 20⁹, além dos acordos internacionais sobre tais problemas, como o Protocolo de Kyoto, que têm sido mediados por estes entes. Tais ações, esforços e documentos produzidos por estes entes predominantemente são fundamentados pelo princípio da ecoeficiência que creditam ao desenvolvimento sustentável como o meio de atingir suas metas conciliatórias tanto econômicas e ao mesmo tempo ecológicas (FERNANDES, 2006).

Ao contrário da vertente do “culto ao silvestre” que credita e se baseia por princípios e conhecimentos religiosos a vertente do “credo da ecoeficiência” tem se baseado numa produção científica que tem sido muito efervescente e fértil nas últimas décadas e adentrado

⁹ A Rio 92 foi realizada na Cidade do Rio de Janeiro em 1992 assim como a Rio mais 20 que foi realizada no ano de 2012, já a conferência Rio mais 10 foi realizada em Johannesburgo África do Sul no ano de 2002.

os mais diversos campos do saber científico, desde as ciências sociais como a economia com suas vertentes ecológicas e a sociologia ambiental, nas ciências exatas como as engenharias florestais, ambientais, agrônômica, a ecologia industrial e na engenharia genética que tem prometido fazer coisas até então recentemente inimagináveis e ser a redentora da natureza degradada (REDCLIFT, 2006). Claramente estes saberes científicos tem fornecido uma base de conhecimentos e também de legitimação e que também tem de maneira geral fortalecido, embasado e referenciado esta vertente ecologista (ALIER, 2012).

Diante desses elementos básicos colocados tanto da vertente do “culto a natureza” quanto da vertente do “evangelho da ecoeficiência” percebemos que as ações da primeira foram fundamentais para se provocar e fazer com que a segunda vertente surgisse percebendo e considerando as transformações do mundo moderno e por outro lado permitindo a entrada dos atores sociais do campo econômico no processo de esverdeamento social ou do “verdejar do ser” conforme denomina (CASTELLS, 1999). Porém há algumas convergências entre ambas que se materializam em diversas situações e ações a exemplo da que citaremos a seguir em que une uma organização ecologista e uma grande empresa do ramo de petróleo:

Nessa perspectiva, o “culto ao silvestre” e “o credo da ecoeficiência” eventualmente dormem juntos. Assim, vemos a associação entre Shell e a WWF para o plantio de eucalipto em várias áreas ao redor do mundo com base no argumento de que isso diminuirá a pressão sobre os bosques naturais e, presumivelmente, promoverá também o aumento da absorção do carbono (ALIER, 2012, p.33).

Paralelo a ação dessas vertentes ecologistas e de atores sociais do campo econômico formas e movimentos de resistências têm sido empreendidas e mobilizados por atores sociais, como extrativistas, indígenas, camponeses, atingidos por grandes empreendimentos, dentre inúmeros outros, que tem se legitimado por discursos, ações, justificativas ecológicas, ambientais ou não, pois em virtude da diversidade dos processos de resistências, das lutas e das questões em disputa, outras formas de argumentação, legitimação e justificação também são mobilizadas como o discurso dos direitos humanos, da justiça social, do direito a terra, a saúde coletiva, etc. Contudo, no geral todos esses processos e lutas convergem no sentido de que esses atores sociais defendem um uso mais prudente dos recursos naturais e da natureza para predominantemente atenderem necessidades básicas de sobrevivência e não de acumulação de capital econômico. São essas formas e movimentos de resistências que se processam em especial no hemisfério sul em meio de conflitos, que evidentemente passaram a ter mais visibilidade também após a emergência da crise ecológica internacional do pós-segunda guerra, as quais Alier (2012) define como uma terceira grande vertente ecologista a

qual é definida como ecologismo dos pobres ou ecologismo popular. A título de ilustração e demonstração de movimentos praticantes do ecologismo dos pobres podemos citar os grupos indígenas da Bolívia, os movimentos camponeses do Brasil como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), os movimentos de atingidos por barragens, grupos extrativistas do Brasil e da Índia dentre inúmeros outros que tem fundamentalmente defendido das mais diversas maneiras recursos e meios naturais da expansão das fronteiras internacionais de exploração econômica destes meios e recursos (ALIER, 2012).

Quanto aos conhecimentos que fundamentam o ecologismo dos pobres primeiro é necessário entender que este tem recebido atenção significativa da ecologia política, pois é um ecologismo fundamentalmente proveniente da expansão geográfica das fronteiras mundiais de exploração mercadológica dos recursos naturais que tem ocorrido nas últimas décadas. Esta concepção de ecologia política de Alier (2012) tem laços estreitos com a economia ecológica que tem sido uma importante vertente alternativa a vertente da economia ambiental neoclássica. A economia ambiental neoclássica credita em geral ao mercado e na mensuração monetária a resolução, a amenização e a absorção dos problemas ecológicos, que são considerados como externalidades negativas resultantes da ação do mercado e cabe a este absorvê-los por meio de mecanismos monetários. Já a economia ecológica considera outros fatores e valores, para além dos mercadológicos e monetários, como os fluxos físicos de energia e a pressão social externa para que o mercado absorva pelo menos parte dos custos sociais e ambientais que o mesmo gera e não os absorve (MONTIBELLER-FILHO, 2005); (ALTVATER, 1995). As diferentes formas de valoração no que tange ao enfrentamento e estudo dos conflitos ecológicos é o que estreita as relações entre economia ecológica e a ecologia política. Vejamos a seguir nas próprias palavras de Alier (2012) uma definição da economia ecológica e dos conflitos ecológicos distributivos:

A ecologia política estuda conflitos ecológicos distributivos; constitui um campo criado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais. O enfrentamento constante entre ambiente e economia, com suas vicissitudes, suas novas fronteiras, suas urgências e incertezas, é analisado pela economia ecológica. Trata-se de um novo campo de estudos criados por ecólogos e economistas cuja pretensão é “levar em consideração” não somente em termos monetários, mas, sobretudo, em termos físicos e sociais (ALIER, 2012, p. 15). (...)

Os conflitos ecológicos distributivos – isto é, os conflitos pelos recursos ou serviços ambientais, comercializados ou não – são estudados pela ecologia política, um novo campo nascido a partir dos estudos de caso locais pela geografia e antropologia rural, hoje estendidos aos níveis nacional e internacional (ALIER, 2012, p. 110).

Outro elemento interessante e inerente ao ecologismo dos pobres é a ideia de uma ciência pós-normal:

Na ciência pós-normal, diferentemente da ciência, os não especialistas são incluídos, manifestadamente, pela razão de que os especialistas oficiais ou qualificados são incapazes de oferecer respostas convincentes aos problemas que enfrentam (ALIER, 2012, p.67).

Entendemos que de maneira geral os praticantes do ecologismo dos pobres obtêm informações e conhecimentos tanto tradicionais, em virtude das diferentes experiências e trajetórias históricas, sociais e da relação com o meio natural dos inúmeros atores sociais envolvidos e os conhecimentos mais elaborados cientificamente são obtidos em virtude da ampla difusão de muito destes e que são assimilados por algo parecido ou próximo daquilo que Giddens (1991) entende por reflexividade, evidentemente consideramos que isso também envolve o que o próprio Alier (2012) entende como diálogos de saberes. Então, como as incertezas e os riscos ambientais têm aumentado e fugido do controle da ciência formal, há o surgimento considerável de especialistas não especialistas nos moldes da ciência formal. Em geral atores sociais envolvidos em conflitos ecológicos e que em virtude das necessidades e das lutas organizam ideias, vocabulários e as experiências vividas e sofridas tanto para estratégias de defesa quanto de ataque.

Em termos demonstrativos da ação desses especialistas não especializados nos moldes e princípios da ciência formal, estão grupos camponeses e que possuem conhecimentos, práticas e manejo dos meios e recursos milenarmente acumulados sobre a agricultura mesmo em muitas situações não terem por fonte de conhecimento as ciências biológicas e agrônômicas. Diante disso em grande medida tem sido muito comum na sociedade contemporânea, especialistas e seus conhecimentos, serem desafiados pelos conhecimentos de militantes, ecologistas, indígenas, extrativistas, camponeses dentre inúmeros outros atores sociais envolvidos em conflitos ecológicos.

Por fim (ALIER 2012, p.68) coloca que o ativismo ecologismo, em especial do ecologismo dos pobres, além de ser uma vertente ecologista de um cunho mais político, um movimento e uma forma de resistência e luta por condições básicas de vida, também muitas vezes “se converte em numa importante fonte de conhecimento”. Neste cenário esta vertente ecologista tem sido um fecundo campo de estudo e pesquisa, para propostas científicas que em tese valorizam e tem valorizado diálogos de diferentes saberes. Com isso além da atenção recebida da economia ecológica o ecologismo dos pobres “recebe apoio da agroecologia, da etnoecologia, da ecologia política e, em alguma medida, da ecologia urbana e da economia

ecológica. Também tem sido apoiada por sociólogos ambientais” (ALIER, 2012, p.35-36).

Feitas em separado as considerações a respeito de cada autor, de suas ideias e conceitos, a partir da próxima seção tentaremos fazer um diálogo conceitual entre as contribuições de ambos a fim de nos permitir fazer uma leitura conceitual e teórica para que nos possibilite pensar e compreender relações de dominação e de resistência inerente a conflitos ecológicos.

2.4. Pensando relações de dominação e resistência em conflitos ecológicos.

Então percebemos que todas as três grandes vertentes ecologistas são formas de reação ao crescimento econômico. Contudo, a degradação dos recursos naturais, longe de serem amenizados em virtude de todo esse esverdeamento mundial, tem sido é intensificada, ou seja, a reprodução do sistema econômico e a busca do desenvolvimento e do crescimento econômico que foram diagnosticados como os principais indutores da degradação do meio ambiente e que levaram a emergência de uma crise ecológica internacional não têm diminuindo ao longo dos tempos (ALTVATER, 1995); (MONTIBELLER-FILHO, 2005); (ALIER, 2012). Com isso os recursos naturais e os problemas ecológicos também passaram a ser considerados, inclusive justificados e respaldados por alguns movimentos e ideias ecologistas em especial os inseridos na ótica e na perspectiva do pensamento econômico neoclássico, fundamentalmente como passíveis de valoração monetária e o uso predominantemente para a produção de mercadorias (MONTIBELLER-FILHO, 2005). Estas lógicas, relações e valores mercantis não são e não têm sido os de muitos atores sociais no mundo, a exemplo dos praticantes do ecologismo dos pobres, que tem fundamentalmente na natureza não uma fonte de acumulação de capital econômico, mas um meio de vida básico.

Evidentemente em virtude das disputas e das distintas concepções valorativas, das significações e das finalidades a respeito dos meios e recursos naturais, fundamentalmente entre atores sociais do campo econômico e de atores sociais que tem nos recursos e nos meios naturais uma fonte básica de vida ou simplesmente atores sociais praticantes do ecologismo popular, tem gerado conflitos. Conflitos estes que a partir da produção de conhecimentos que se gesta em meio a emergência da crise ecológica e dos movimentos ecologistas são denominados de conflitos ecológicos. Pressupomos que se existem conflitos existem relações de dominação e resistência inerentes a estes conflitos. Isso se evidencia na própria concepção e definição do ecologismo popular e também na definição de conflitos ecológicos distributivos (ALIER, 2012). Teoricamente numa acepção mais genérica sobre relações de

poder Scott (2000) também corrobora neste sentido de que se existe formas de resistência, o que é inerente ao ecologismo popular, também há formas de dominação.

Contudo, as concepções e demonstrações de Alier (2012) são apenas indicativas e evidenciais sobre relações de dominações e resistências em conflitos ecológicos distributivos, pois este não desenvolve isto conceitualmente. Diante desta ausência conceitual tomamos como desafio tentar pensar teoricamente dominação e resistência a partir dessas evidências apresentadas por este autor nos autores e seus respectivos conceitos citados nas primeiras seções deste capítulo. Entendemos que nas evidências sobre movimentos e processos de resistências inerentes ao ecologismo popular alguns elementos dialogam e convergem com as definições de resistência em Scott (2000); (2002) e especial o conceito de resistência camponesa e que Gramsci (2011) a partir da teoria da hegemonia, mesmo criticada por Scott (2000), nos permite pensar as formas de dominação que exigem as resistências construídas e protagonizadas pelos praticantes do ecologismo popular e também em grande medida possibilitam demonstrar limites dessas resistências.

Será na tentativa de construir um entendimento para se pensar dominação e resistência em conflitos ecológicos, tendo por base estas elaborações conceituais distintas que dedicaremos nossa atenção nas próximas seções deste trabalho. Apesar das diversas diferenças, temporais, conceituais, entre os três autores há um ponto de convergência importante entre os mesmos que é a crença na possibilidade de condições melhores de vida para os subordinados¹⁰. Isso pode ser um sinal de que este entendimento é possível. De imediato na seção seguinte traremos uma análise de como elementos e contribuições conceituais de Scott (2000); (2002) são pertinentes para se pensar formas e movimentos de resistência mencionados por Alier (2012) em conflitos ecológicos que se manifestam na ação do ecologismo dos pobres.

2.4.1. Resistências em Scott e resistências do ecologismo popular.

Dentre as evidências que nos levaram a tentar demonstrar esse possível diálogo entre Alier (2012) e fundamentalmente Scott (2000) e (2002) estão, evidentemente a centralidade do conceito e termo resistência, mas também é interessante destacar formas valorativas, os percursos metodológicos, de experiências de pesquisas e também seus claros posicionamentos políticos que visualizam e privilegiam o estudo dos subordinados e de potencialidades

¹⁰ Em Gramsci (2011) o proletariado, em Scott (1979); (2000); (2002) os camponeses e em Alier (2012) os ecologistas populares.

políticas destes. Então nesta subsecção tentaremos colocar tais evidências e direcionar nossos esforços a fim de demonstrar essas convergências e semelhanças entre as perspectivas teóricas e analíticas de ambos os autores.

Nosso ponto de partida é o percurso metodológico, de incursões e trajetórias de pesquisas. No que se refere a estes elementos em Scott (1985); (2002) o mesmo vivenciou experiências no sudeste asiático junto a grupos camponeses que resistiam e lutavam contra os efeitos e impactos advindos com a chegada e expansão da denominada Revolução Verde em meados da década de 1970. Dentre estas metamorfoses estavam novas relações de trabalho, novas relações da posse e do uso da terra e da distribuição da produção agrícola, em especial de arroz entre camponeses e seus patrões, que seguiam e se baseavam principalmente algumas tradições e valores inerentes da religião muçumana, mas que foram perdendo importância com o estabelecimento e imposição deste novo processo de organização da produção agrícola nesta região da Ásia, que passou a ter uma orientação para atender imperativos mercadológicos e a acumulação de capital econômico. Vejamos na citação a seguir em que Scott (2002) coloca isto:

As transformações no cultivo de grãos de arroz, desde 1971, não resultaram somente num empobrecimento dos camponeses mais pobres, mas também influenciaram na produção da sua marginalização, pelo menos no que se refere às relações de produção. Até 1975, ricos arrendatários e fazendeiros tinham mais arrozais do que eles próprios podiam cultivar. Assim, precisavam de arrendatários, de serviços de aragem, transplantadores, ceifadores e debulhadores. Para assegurar um oferta confiável de mão-de-obra, era comum, entre os mais ricos proprietários, a benevolência com a força de trabalho bem como seu acesso à terra. Essa benevolência se manifestava na promoção de festas ocasionais, pela extensão do bônus do *zakat* (o dízimo islâmico) aos trabalhadores das colheitas, através de pequenos empréstimos ou presentes e, sobretudo, pelo cultivo de um comportamento social diplomático. Com a introdução das novas tecnologias mencionadas, o bem estar dos grandes proprietários pouco se relaciona com os pobres arrendatários ou trabalhadores, diminuindo sua motivação para continuar a cultivar a benevolência acima citada. Assim, a marginalização dos trabalhadores é refletida num marcante declínio na promoção de festas, na diminuição do *zakat* e da caridade, e no refluxo do respeito público aos pobres, por parte dos ricos (SCOTT, 2002,p.16).

Isto no geral tem relações com questões básicas de sobrevivência, o uso, o controle e a posse de recursos naturais, em especial da terra, que se baseiam em valores inerentes e típicos da população que ali já vivia. Valores estes que são alheios aos valores inerentes ao mercado e ao capitalismo de maneira geral. Diante disto podemos afirmar com grande lucidez que de acordo com a perspectiva e os pressupostos teóricos de Alier (2012) os camponeses estudados por Scott durante a década de 1970 no Sudeste Asiático já eram um exemplo prático de ecologistas populares ou praticantes do ecologismo popular.

não utilizada como um meio de acumulação de capital por grandes grupos econômicos. Uma prova concreta disto é a ocupação das áreas vizinhas ao assentamento como as plantações de eucalipto em todas as direções e também da antiga utilidade da área que servia para criar gado e explorar madeira em grande escala.

Um segundo elemento que demonstra este conflito ecológico tem haver com um confronto que se sucedeu em 2008 e de inúmeras denúncias que foram feitas por assentados e moradores junto a órgãos de defesa e fiscalização do meio ambiente. Talvez este momento tenha sido até agora ápice deste conflito ecológico. A ação ocorreu exatamente no dia 08 de março de 2008 quando ocorreria um encontro do MST Maranhão no Assentamento Califórnia e cerca de 800 (oitocentas) pessoas, vindas de diversos lugares e pertencentes a diversas organizações sociais, ocuparam uma carvoaria que ficava nas proximidades da agrovila do assentamento dentro da Fazenda Monte Líbano. Tal situação foi noticiada em diversos meios de comunicação, veremos mais detalhes de como ela ocorreu nas próximas seções onde trataremos das estratégias e instrumentos de dominação e resistência.

Um terceiro fator que demonstra este conflito ecológico está relacionado com a ação e reação das empresas tanto da Vale e depois da Suzano Papel e Celulose. Percebemos na pesquisa e nos diferentes meios que nos informaram de que essa preocupação das empresas para com o Assentamento Califórnia se inicia após a ação do dia 08 de março de 2008, pois antes disso parece que nunca houve uma preocupação mais sistemática para com a população daquele assentamento e os males sofridos por esta em virtude tanto da eucaliptocultura, quanto de outras atividades que se desenvolveram e desenvolvem no interior das grandes áreas de eucalipto.

Então diante da convicção de que há um conflito com motivações e dimensões que podemos entender como ecológicas e ecologistas entre a população do Projeto de Assentamento Califórnia e as empresas que ao longo do tempo tem detido a posse das áreas da circunvizinhança também há de existir relações de dominação e resistência inerentes a este conflito entre os atores sociais envolvidos. Diante disto pressupomos que são construídas e mobilizadas legítimas estratégias e instrumentos tanto para uma dominação como para formas de resistência. Perante os apontamentos históricos colocados percebemos que há diferenças sociais e econômicas muito acentuadas entre os atores sociais envolvidos neste conflito ecológico. Baseado nestes apontamentos, entendemos que não dá pra dizer que neste conflito a população do Projeto de Assentamento Califórnia tem tido e exercido alguma dominação sobre os imperativos de grandes grupos econômicos e essas empresas é que têm resistido e sido constrangidas pelas ações do outro ator social. Acreditamos e os elementos colocados

estão aí para esclarecer que é o contrário e que quem tem ao longo do tempo exercido a dominação e mantida esta ao longo dos tempos são as empresas. Será sobre a construção e a mobilização dessas estratégias e instrumentos de dominação das empresas e das formas de resistência da população do Projeto de Assentamento Califórnia inerentes ao referido conflito que dedicaremos nossos esforços nas próximas seções

5.1. A construção de consensos necessários de empresas eucaliptocultoras.

Em meados da década de 2000 desencadeia um processo em que se estagnam profundamente as fontes primárias de recursos naturais para a produção de carvão vegetal para a produção de ferro-gusa por indústrias siderúrgicas, também movimentos sociais, ambientalistas e órgãos de controle social e ambiental agem de forma mais sistemática no que concerne a irregularidades inerentes a esta cadeia de produção da siderurgia da Amazônia Oriental. Tal processo foi denominado de “crise do carvão” e para o enfrentamento de tal crise a produção de eucalipto em grande escala tem se intensificado bastante nos três estados de abrangência do PGC nos últimos anos, conforme podemos demonstrar numericamente na Tabela 01. Além dessa nova estratégia de produção de bens materiais, a difusão daquilo que podemos perceber conforme colocado por Gramsci (2011) por ideias, visões de mundo, também tem sido um processo significativo em paralelo à expansão da eucaliptocultura, afinal as fortes críticas recebidas durante a referida crise em grande medida colocaram em questão argumentos, ideias e discursos até então apropriados por este setor econômico como um todo na Amazônia Oriental.

Dentre estas visões de mundo, e ideias que se explicitaram e foram manifestadas com mais incisão tanto propriamente pelas empresas, quanto por entidades representativas destas, estão umas das talvez mais difundidas e de grande legitimidade e consenso no mundo contemporâneo que são as ideias de *desenvolvimento sustentável e sustentabilidade*. Contudo, por um bom tempo estas ideias não se constituíram como preocupações destes atores sociais, mas talvez como empecilhos daquilo que estes e seus aliados como o estado e seus agentes entendiam por *progresso e desenvolvimento* que durante muito tempo estes sim foram paradigmas e também em nome desses é que as estratégias e os instrumentos de dominação se referenciavam e se justificavam. Essas ideias são tão difusas e imbricadas que até a própria denominação de importantes agências estatais de fomento do processo de modernização econômica como um todo levam em sua nomenclatura a palavra desenvolvimento: SUDAM

(Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE³⁰ (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

As leis de criação tanto da SPVEA em 1953 quanto da própria SUDAM de 1966 também trazem em seus objetivos a busca do desenvolvimento e não fazem menções mais incisivas a questões ecológicas ou ambientais. Ou seja, as questões ecológicas demoraram um pouco mais a serem consideradas por agências estatais, que tem sido historicamente parceiros e aliados de grandes empresas, no contexto da modernização econômica da Amazônia. Vejamos a seguir respectivamente trechos dos primeiros artigos destes documentos acima citados:

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, *destinados a incrementar o desenvolvimento* da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País (BRASIL, 1953).

Art. 1º Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e por esta considerados *de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica*, (...) (BRASIL, 1966)

Outra evidência histórica de que eram os paradigmas do progresso e do desenvolvimento que referenciavam e em grande medida ainda referenciam o processo de modernização da Amazônia está em um discurso proferido pelo ex-governador do Estado do Pará, Hélio Mota Gueiros na época da inauguração do primeiro alto forno de uma siderúrgica no município de Marabá em meados da década de 1980. Além da apologia ao progresso e ao desenvolvimento esse discurso demonstra também a repulsa a preocupações ecológicas na época de seu proferimento, eivado por uma concepção antropocêntrica da relação homem e meio natural que se legitima por opiniões de tradição judaico-cristã, demonstra também que a legitimação e a cumplicidade acentuada entre estado por meio de um seus principais dirigentes e a empresa a qual começara ali sua atividade produtiva, que evidentemente as já difundidas preocupações ecológicas e ecologistas e a ação de movimentos até então denominados de ecologistas questionavam a atuação e funcionamento desta. Vejamos abaixo

³⁰ A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) também contribuiu para a implantação de indústrias siderúrgicas na Amazônia Oriental em especial as que se instalaram no Estado do Maranhão (MONTEIRO, 1998).

a fala transcrita do ex-governador do Estado do Pará, senhor Hélio Mota Gueiros em março 1988³¹:

Nós estamos de pleno acordo pela preservação da floresta. Nós estamos de acordo pelo uso racional da floresta.

Ninguém vai intimidar o atual governo de que não deve tocar... essa floresta deve ser virgem, não deve ser violada.

É muito cômodo para quem já atingiu estágio de *desenvolvimento* – não sei se aqui tem algum paulista – como São Paulo, ficar bancando o ecólogo, o meio ambientista.

Porque eles lá destruíram tudo, fizeram, aconteceram, subiram, cresceram, fizeram Cubatão que mal se podia respirar. *E agora que já estão desenvolvidos, progresso*, eles ficam botando banca, querendo dar lição aqui na Amazônia:

“Olha não toque nessa floresta, essa selva, ave-maria, vocês não podem tocar isso, o Brasil vai funcionar...”

E ainda conseguem que entidades de outros... De outros planetas, porque o resto do mundo é outro planeta aqui pra nós em Marabá. E ainda conseguem ficar mandando telegrama pro governador, pro governador deixar intocada a floresta.

Não. O governador vai tocar na floresta, tem de tocar! Agora com racionalidade, com lucidez, com competência.

Quando Deus criou o mundo, Ele disse: “de tudo podereis comer que está no jardim”, de tudo”, de tudo!

Fez uma exceçãozinha que foi da árvore... da maçã (risos) foi a única exceçãozinha que Ele fez. E Adão que é nosso Pai, nem a isso obedeceu a Deus, comeu a maçã ... que nós até hoje tamo penando aqui nesse mundo. (Hélio Gueiros, 1988)

No período da crise do carvão que vieram a público entre os anos de 2006 e 2008³², muitas situações por meios jornalísticos a problemática ecológica da siderurgia na Amazônia conforme veremos a seguir³³:

O Pólo de Carajás, que compreende Marabá, no Pará, e Açailândia, no Maranhão, possui, em funcionamento, aproximadamente 26 alto fornos que produzem, em média, cada um 10 mil toneladas de gusa ao mês, perfazendo 260 mil toneladas. Para cada tonelada de gusa, são necessários em média 27 metros cúbicos de carvão vegetal. O consumo mensal de carvão atinge aproximadamente 750 mil metros cúbicos. Como são necessários 2 metros de madeira para gerar um de carvão, atinge-se a estupenda marca de 1,5 milhão de metros cúbicos de madeira ao mês e 18 milhões de metros cúbicos ao ano. Levando-se em consideração que em 2007 a Sema licenciou somente três milhões de metros cúbicos para todas as madeiras do Pará, conclui-se que, no mínimo, 2/3 metros do carvão das guseiras são clandestinos, sendo as mesmas responsáveis pelo desmate ilegal de cerca de 200 mil hectares de floresta paraense ao ano.

³¹ Este discurso está no documentário “Montanhas de Ouro” da direção de Adrian Cowell. O trecho da fala do ex-governador está em um vídeo no Youtube sob o título: Hélio Gueiros e lições de meio ambiente. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=OZC3apvoTK4>.

³² Vale ressaltar que após o ano de 2008, com a crise imobiliária norte americano, o Polo Siderúrgico de Carajás ficou praticamente parado em virtude de seu principal mercado consumidor ser aquele país que naquele momento enfrentara uma grave crise financeira, com isso as discussões que até então vinham sendo travadas também se desaceleraram (CARNEIRO, 2009). Só recentemente o polo vem retomando suas atividades conforme podemos observar em pesquisa de campo.

³³ Ver também: (CARTA MAIOR, 07/04/2006); (PORTAL VERMELHO, 28/04/2006); (FOLHA DE SÃO PAULO 22/03/2008). Os links eletrônicos e o título das matérias estão todos colocados nas referências deste trabalho.

Diante deste cenário de irregularidades, o IBAMA fechou o ano de 2006 aplicando multas no valor de 295 milhões de reais nas guseiras paraenses, contra 293 milhões de multas aplicadas em siderúrgicas instaladas no Maranhão (O LIBERAL, 31/03/2008).

Fundamentalmente em reação as ações de órgãos de fiscalização do meio ambiente e também das manifestações de movimentos sociais e ecologistas as empresas e suas entidades representativas se manifestaram trazendo no bojo destas manifestações um tom e um discurso ecologizado fortemente apoiado nas noções de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. As citações a seguir são trechos de algumas edições do informativo Polo Sustentável do SINDIFERPA e que demonstram parte dessas manifestações:

A busca pela *sustentabilidade socioambiental* do setor siderúrgico no Pará³⁴ começou. A ampliação de projetos de reflorestamento, a adoção de novas tecnologias de performances e parcerias com o poder público na fiscalização da cadeia produtiva desenha um novo traçado para o setor (PÓLO SUSTENTÁVEL, SET./OUT., 2007, p. 1)

Pólo sustentável. A escolha deste nome para o informativo que apresentamos à sociedade a partir de agora não foi à toa. Tem a ver com o novo momento que o setor siderúrgico vive, com o que queremos para a nossa atividade e para o Estado do Pará.

Um novo tempo, uma nova postura. Este é o objetivo que o setor siderúrgico do Pólo de Carajás busca alcançar. No Distrito Industrial de Marabá, onde estão instaladas 10 siderúrgicas que, juntas, representam 25% de toda produção brasileira exportada de ferro gusa, todas são empresas legalizadas. Geramos empregos, renda, oportunidades. E não esquecemos de nossa responsabilidade ambiental e social.

As empresas do setor siderúrgico sabem da necessidade de terem uma sólida base florestal para sua auto-suficiência, e buscam meios de implantar florestas economicamente viáveis e estabelecidas de acordo com a legislação em vigor, *bem como alternativas para a sustentabilidade*.

O setor atualmente detém mais de 60.000 hectares de floresta plantada. Mesmo assim, até 2015, planeja-se plantar mais 143 mil hectares de florestas energéticas. Com essas medidas, a expectativa é que o setor se torne 100% *autosustentável* em sua demanda por carvão vegetal.

É claro que para isso precisamos da parceria com as instituições de governo e, principalmente, com a comunidade que nos acolheu, *para que todos juntos possamos crescer e desenvolver o Pará*.

(PÓLO SUSTENTÁVEL, SET./OUT., 2007, p. 2)

Pólo sustentável. Na primeira edição do "Pólo Sustentável" destacamos o novo momento em que vive o setor siderúrgico paraense, *desenvolvendo ações na busca de sua sustentabilidade*. Nesta edição estamos mostrando que essa busca não é apenas no discurso. Prova disso é que no dia 10 de outubro deste ano o Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará (Sindiferpa) deu o primeiro passo nessa direção, apresentando na Secretaria Estadual de Meio Ambiente uma proposta de sustentabilidade para o setor. (...)

Porém é importante destacar que esses passos foram dados sempre buscando parcerias e a união de forças. Sabemos que muitas ações ainda terão que ser feitas pelo setor siderúrgico, *mas as realizadas até agora já demonstram de forma prática*

³⁴ Apesar da citação fazer referência apenas as empresas instaladas no estado do Pará este processo também nas suas devidas gradações se aplicou as empresas instaladas no estado do Maranhão, pois as mesmas neste período construíram coletivamente o Fundo Florestal de Carajás através de uma entidade coletiva a ASISCA (Associação das Industrias Siderúrgicas de Carajás) para financiar a implantação de áreas reflorestadas.

o empenho das siderúrgicas paraenses em construir sua sustentabilidade (PÓLO SUSTENTÁVEL, NOV./DEZ., 2007, p. 2).

Nesta quinta edição do Pólo Sustentável, continuaremos falando dos desafios, metas e do trabalho incansável do setor *em busca de sustentabilidade* (PÓLO SUSTENTÁVEL, MAI./JUN., 2008, p. 2).

A adesão a princípios ecológicos também aparece em uma publicação do ano de 2008 produzida para a FIEMA, entidade esta que evidentemente agrega e defende os interesses das indústrias siderúrgicas instaladas em Açailândia. Em um dos trechos citados a seguir, há referência a uma “nova realidade” e que esta “nova realidade” exige um ajustamento da atividade industrial localizada neste estado ao princípio da sustentabilidade:

São apresentadas também as novas diretrizes e estratégias que esta Federação das Indústrias entende devem tomar o esforço produtivo e a ação de governo para garantir o crescimento e a consolidação da atividade econômica, com foco no segmento industrial. Trata-se da visão macrorregional, dos *princípios de sustentabilidade* e do planejamento estratégico adotado, que têm como principal objetivo ajustar a atividade industrial maranhense a essa *nova realidade*, acentuando o papel de relevo que tem no processo de desenvolvimento (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 9).

Por sua visão de conjunto da indústria maranhense, a Fiema volta-se para o interior do território estadual e busca o diálogo com todos os empresários, aqui incluídos os micro e os pequenos. O intuito é criar uma cultura de investimento na indústria, ora visando a complementar cadeias produtivas encabeçadas pelos grandes projetos, ora substituindo importações, incrementando a poupança e consolidando a economia. O importante é que o empresariado industrial reconhece e aceita sua condição *de agente fundamental do desenvolvimento* e busca identificar diretrizes e políticas empresariais e de governo capazes *de desencadear um processo de desenvolvimento sustentável da indústria maranhense*, otimizando a utilização dos recursos naturais disponíveis e as vantagens competitivas do Estado (DOURADO; BOCLIN, 2008, p. 164).

No que concerne manifestações individuais, empresas que desempenham um papel fundamental na Amazônia Oriental perante esse processo de obtenção de novas ideias e justificativas, que perpassam as questões e as preocupações ecológicas, a mudança de logomarca da antiga CVRD, que adotou também uma nomenclatura mais simplificada também nos intriga bastante. A nova logomarca é predominantemente da cor verde, cor esta que pressupomos que seja símbolo do ecologismo internacional e se estivermos equivocados pelo menos é a cor que predomina nas logomarcas de grandes grupos ambientalistas internacionais como o Greenpeace e difusamente presente em muitas coisas que estão relacionadas ao tema ecológico, inclusive na bandeira nacional que representa as florestas do Brasil. Para efeitos demonstrativos vejamos a seguir a logomarca do Greenpeace e a antiga e atual logomarca da então Vale:



Imagem 14: Logomarca do grupo ambientalista Greenpeace.
Fonte: Site do Greenpeace Brasil.



Imagem 15: Logomarca da CVRD e logomarca da Vale.
Fonte: Site Brand New.

Coincidência ou não, mas tal processo se deu no ano de 2007 no mesmo período em que os debates sobre a problemática do carvão vegetal na Amazônia estavam em grande efervescência. E diante de todo este contexto a CVRD e depois Vale em algumas situações cancelou o fornecimento do minério de ferro a empresas que adquiriam carvão vegetal ilegal e foram autuadas em operações do IBAMA, depois desativou uma siderúrgica que lhe pertencia em Marabá e repassou seus ativos florestais, que eram da antiga CELMAR, a Suzano Papel e Celulose. A partir do que nos permite pensar diante desses recentes processos e também do que em parte nos coloca Monteiro (1998) e Assis; Carneiro (2010) no que concerne a atividade siderúrgica na Amazônia Oriental e a inserção da antiga CVRD e atual Vale neste processo é que historicamente a mesma sempre tem se utilizado de estratégias diversas para não ter seu nome e sua imagem vinculada a conflitos e a críticas ecológicas e ecologistas na área de abrangência do PGC.

Em grande medida uma dessas estratégias foi criar unidades de conservação ao entorno de suas plantas industriais na Serra dos Carajás no Pará, que são a Floresta Nacional de Carajás, Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri, Floresta Nacional de Itacaiúnas, Reserva Biológica do Tapirapé e Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado³⁵, somadas todas essas áreas chegam a um total de 7.893,58 km² (ALEIXO, 2011). Outra estratégia foi participar e obter o controle da antiga CELMAR durante a década de 1990 conforme colocamos no capítulo três. Entretanto, enquanto foi rentável exportar ferro-gusa esta empresa o fez por meio da sua subsidiária Ferro Gusa Carajás que operou neste segmento industrial entre os anos de 2003 e 2011, período de boas cotações deste produto no mercado internacional, conforme mencionamos anteriormente. Diante do que foi colocado acima ressaltamos que esse processo de esverdeamento da Vale é anterior ao período da crise do carvão, mas ele se intensifica ao ponto de mudar de logomarca, encerrar determinadas atividades, coincidentemente ou não neste período. Vejamos a seguir uma matéria jornalística sobre o fim das operações da sua siderúrgica a Ferro Gusa Carajás com destaque a menção de problemas da siderurgia na Amazônia Oriental:

A usina de ferro gusa da Vale, instalada no Distrito Industrial de Marabá, tem data definida para desativação. Em outubro próximo, a Ferro Gusa Carajás desmobiliza seu parque industrial, no embalo da crise que abate o setor há mais de três anos. Só que a desativação dos altos fornos da Vale decorre da falta de insumos próprios para consumo.

O carvão vegetal utilizado na produção de ferro gusa é todo produzido na área de reflorestamento da mineradora, no Estado do Maranhão, cuja propriedade a Vale repassou a Suzano Papel e Celulose, que montará uma fábrica de celulose na cidade de Imperatriz com capacidade de 1,5 toneladas, para ativação no final de 2013.

Como produzir gusa não é praia da Vale, uma coisa atíca a outra: a mineradora sairá rapidamente do segmento que só gera encrenca nas áreas ambiental e trabalhista. Com a desativação da Ferro Gusa Carajás, seus funcionários serão todos deslocados para outras empresas da mineradora na região (HIROSHI BOGEA ON LINE, 11/07/2011).

Talvez tenham sido os fatores mercadológicos, como a crise imobiliária norte americana, que fez com que a Vale desistisse de prosseguir com a operação da Ferro Gusa Carajás, mas até que ponto foi somente este aspecto, haja vista das recorrentes denúncias e repercussões dos danos causado ao meio ambiente e a ação de ocupação dos moradores do

³⁵ Em virtude do tempo e desdobramento da construção deste trabalho não foi possível obter uma referência acadêmica científica sobre tal tema. Entretanto, a partir de uma informação do documentário "Montanhas de Ouro" para conceder financiamentos para implantação do PGC o Banco Mundial exigiu que o governo brasileiro preservasse um polígono de floresta de 100 km a partir de cada imagem da EFC, diante da quase impossibilidade de cumprimento desta exigência o governo brasileiro, até então controlador da CVRD, criou uma espécie de cinturão verde ao entorno da Serra dos Carajás como alternativa a tal exigência.

Projeto de Assentamento Califórnia³⁶ a carvoaria que se localizava na Fazenda Monte Líbano o que repercutiu muito negativamente sobre sua imagem e atuação. São processos quase que concomitantes, numa intensidade significativa, num mundo onde a informação circula de uma maneira muito rápida e que existe difusamente mesmo que questionável uma consciência ecológica e de maneira alguma ficaria bem para uma empresa de porte internacional, que inclusive se insere em mercados ditos sustentáveis³⁷, não querer aparecer e se legitimar por um viés ecológico.

Outra manifestação individualizada deste processo foi a criação de mais uma empresa pelo Grupo Queiroz Galvão, esta empresa é encarregada de conduzir trabalhos agropecuários e fundamentalmente produzir carvão vegetal nas áreas de reflorestamento do grupo para abastecer os alto fornos das siderúrgicas controladas pelo mesmo em Açailândia. Segundo informações obtidas na página eletrônica da Receita Federal do Brasil esta empresa foi aberta em maio de 2007, diante das evidências do período da crise do carvão na siderurgia da Amazônia Oriental, o nome da mesma já é coincidência demais para nós, a empresa tem por nome de fantasia nada mais nada menos do que: Energia Verde³⁸. Sem querer deixar um tom conspiratório deixamos esta conclusão a cargo do leitor, lógico sem perder de vista o contexto e as situações a qual esta empresa é criada.

A partir de 2009 quando a Suzano Papel e Celulose adquiriu as áreas que então pertenciam a Vale, possivelmente já estava ciente da situação e do contexto em que se encontravam as críticas e questionamentos ecológicas a respeito tanto da problemática do carvão vegetal, quanto da expansão da eucaliptocultura, esta empresa assumira não apenas o controle de mais de 80 mil hectares de áreas reflorestadas, mas também os riscos, problemas e os questionamentos sociais a qual esse tipo de empreendimento enfrentara naquela região. Diante disto em documentos da própria empresa há relatos de que a partir de 2008 a mesma

³⁶ A Companhia Vale do Rio Doce divulgou hoje nota à imprensa em que acusa o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de invadir e depredar, nesta manhã, uma unidade da Ferro Gusa Carajás (FGC) em Açailândia, interior do Maranhão (ESTADÃO, 08/03/2008).

³⁷ Na última semana, a Vale anunciou que integrará, pelo quarto ano consecutivo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, a Bolsa de Valores de São Paulo. Para a nossa empresa, o processo de seleção do ISE se tornou uma oportunidade para a melhoria contínua na gestão dos temas relacionados à sustentabilidade (VALE, 09/12/2013).

³⁸ A pernambucana Queiroz Galvão vai investir num novo segmento com o apoio do Banco do Nordeste. É que uma das empresas integrantes do Grupo, a Energia Verde, que atua na produção de carvão vegetal, vai investir na modernização de seu processo produtivo visando reduzir o impacto ambiental causado pela atividade. O investimento, da ordem de R\$ 77,2 milhões, vai garantir a substituição gradativa dos fornos circulares por fornos retangulares. Desse total, R\$ 46,3 milhões foram financiados pelo Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental – FNE Verde.

A empresa funciona no município de Açailândia (M A) e foi criada em 2007 para abastecer de carvão as empresas de siderurgia do Grupo, utilizando madeiras de reflorestamento disponíveis naquela região (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/07/2013).

iniciaria sua expansão na direção dos estados do Piauí e do Maranhão e para isso fortalece sua estrutura a fim de se apresentar com uma postura fundamentada por princípios também ecológicos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. A final os tempos já eram outros onde a escassez de recursos naturais já é concreta, a contestação social e a regulação legal mais incisiva, o que tempos antes onde esses fatores não eram obstáculos, mas fatores favoráveis a outros grandes grupos econômicos que ali se instalaram. Vejamos abaixo declarações da mesma a respeito do seu processo de expansão para os estados do Piauí, Tocantins e do Maranhão.

Em 2009, a Suzano reestruturou a área Socioambiental, fortalecendo e aumentando a equipe nas unidades, a fim de introduzir a cultura da sustentabilidade em todas as ações e contatos nas áreas em que atua. Assim, conseguiu-se a aproximação das comunidades e viabilização de forma mais estruturada e eficiente os resultados dos projetos e ações. Também foi iniciada a construção de um Plano Diretor Socioambiental Corporativo, (...). Para contribuir com o desenvolvimento sustentável das comunidades localizadas no entorno das fábricas e florestas (...). Sob esta perspectiva, em 2009 a Suzano ingressou nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins – novo ciclo de crescimento da Suzano –, apresentando para lideranças comunitárias, organizações não governamentais e membros do Poder Público os planos, as intenções e as etapas do projeto previsto para a região, visando criar e fortalecer relacionamentos, além de sanar eventuais dúvidas sobre a sua atuação (SUZANO, 2012, p.14).

Como parte da construção dessa sua estratégia ecológica ou sustentável, a Suzano Papel e Celulose buscou quase que de imediato diálogo nada mais nada menos do que com umas das comunidades no estado do Maranhão até então talvez mais organizadas, mobilizadas e indignadas com problemas deixados por sua antecessora Vale que é a população do Projeto de Assentamento Califórnia. Tal situação se concretiza com as parcerias e algumas concessões às quais a empresa vem realizando naquela localidade o que evidentemente divide opiniões entre as centenas de pessoas que ali vivem e os grupos organizados internamente. A exemplo de uma biblioteca comunitária implantada no assentamento e que depois esta ação da Suzano Papel e Celulose foi incluída em uma avaliação do IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) para a obtenção de um selo de empresa sustentável conforme depoimento de um funcionário da mesma ao qual conversamos durante nossa pesquisa de campo. Veremos a seguir trechos da fala do referido funcionário e em seguida uma imagem da biblioteca implantada na agrovila do Projeto de Assentamento Califórnia pela Suzano Papel e Celulose:

A ideia da Suzano do projeto da biblioteca existia desde 2010 e foi implantada em 2011 por meio de um convênio com a prefeitura e um instituto dela que é o Instituto Ecofuturo. Antes da implantação houve cursos de formação para o pessoal que iria

trabalhar nela. (...) A implantação demorou mais porque o processo de decisão não foi tão confortável, tinha gente da comunidade que queria e tinha gente que não queria. Por exemplo, lá no Assentamento Nova Conquista o pessoal recusou e aqui depois de muita discussão decidiram receber. (...) Tempos depois o instituto IMAFLORA veio aqui visitou entrevistou a gente, eles fizeram uma avaliação pra dar pra Suzano um selo verde (...) (Dheimes de Moura Gomes, 19.04.2013).



Imagem 16: Biblioteca construída nas dependências da escola no Assentamento Califórnia pela Suzano Papel e Celulose.

Fonte: Imagem feita pelo autor.

Chegamos até aqui e acreditamos que os elementos colocados acima já nos asseguram em grande medida de que essa corrida ecológica do setor siderúrgico da Amazônia Oriental se intensificou recentemente em função de uma série de processos tanto propriamente ecológicos como a escassez de recursos naturais, quanto de processos sociais como a contestação de movimentos sociais e ambientalistas e a atuação de órgãos de controle. Tal processo exige também uma postura dentro destes parâmetros ecológicos da Suzano Papel e Celulose que se estabelece na região logo após o período talvez mais nebuloso que a siderurgia atravessou ao longo de sua trajetória na região amazônica. Como bem colocado ao longo do trabalho as preocupações ecológicas não são tão recentes assim, porém estes processos recentes exigiram e tem exigido destes atores sociais novas posturas e evidentemente novas estratégias e instrumentos de legitimação baseados e referenciados por estas, que talvez sejam as preocupações mais incisivas da sociedade contemporânea, e que possivelmente a obtenção dos consensos sociais necessários para uma hegemonia e

consequentemente uma dominação podem até não serem completamente conseguidos por estas estratégias ecologizadas, mas boa parte sim.

5.2. Alianças, instrumentos e estratégias de resistências da população do Assentamento Califórnia.

Abrigados em um espaço rodeado por imensas áreas da Suzano Papel e Celulose a população do Projeto de Assentamento Califórnia evidentemente provida de menos recursos sejam materiais, sejam ideológicos, mas mesmo assim ao longo dos tempos, conforme podemos verificar parcialmente ao longo do trabalho, não tem sido plenamente passiva diante deste processo de expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental. As reações e as resistências sejam orgânicas ou não ao longo dos tempos tem sido recorrentes e importantes. Para obtermos uma compreensão da construção de formas de resistência pela população do Projeto de Assentamento Califórnia e entender estas como legítimas no seu sentido mais estrito, mesmo não estando em acordo com consensos e normas legais, uma questão fundamental que nos orientou durante nossa incursão de pesquisa e nos diálogos estabelecidos com nossos interlocutores foi a seguinte: “essas plantações de eucalipto aqui no entorno, o que você acha disso?”, conforme esclarecemos no capítulo um as nossas abordagens e diálogos não se concretizaram apenas em fazer de forma direta este questionamento e automaticamente registrar as respostas dos nossos interlocutores. As respostas sobre a mesma adicionada a outros elementos que também foram percebidos, obtidos, observados e registrados durante a pesquisa é que em grande medida subsidiarão o que tentaremos colocar nesta seção e o que nos foi possibilitado de pensar enquanto estas formas de resistências.

Contudo, entendíamos que era necessário considerar e compreender estas resistências dentro de uma perspectiva ecológica e ecologista, pois se trata de um contexto de disputas pelo acesso, qualidade e posse de recursos e meios naturais. Para isso as orientações teóricas foram o que em grande medida guiou o nosso olhar e as nossas percepções para se pensar estas de forma legitimamente ecologizadas. Com isso achamos por bem antes de apresentarmos uma subseção com os elementos obtidos em campo, colocar de forma mais sintética como articulamos – parte - do referencial teórico, conforme colocado no capítulo dois, diante das situações, processos, contextos que nos foi possível acessar na pesquisa, a fim de nos permitir pensar e em grande medida entender o que obtivemos e percebemos enquanto formas de diversas resistências com conteúdos ecológicos e ecologistas.

5.2.1. Estratégias e instrumentos legítimos de resistência ecologizada.

A partir das situações e circunstâncias colocadas no capítulo anterior sobre a trajetória do Assentamento Califórnia, percebemos que apesar dos vínculos não estarem sendo os mais fortalecidos possíveis com o MST, mas parte desta trajetória tem sido constituída a partir das diretrizes, orientações políticas e organizacionais deste movimento e que importantes ações e manifestações orgânicas diante da expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental se fizeram sob a coordenação e liderança deste movimento ou que ele estivesse envolvido. Seja a ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano, seja na construção de espaços de debates, campanhas e a publicação de documentos que apresentam uma posição lúcida, firme e também legítima do movimento perante tal questão.

Durante o processo de acirramento da crise do carvão vegetal e da intensificação da expansão da eucaliptocultura o MST publicou dois importantes documentos colocando sua posição referente a tais questões, um foi individual e foi publicado durante a realização do Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em 2009 na cidade de Belém, este documento se denomina: “Amazônia em disputa: projeto do capital versus projeto popular”. Outro documento foi publicado anteriormente por um conjunto de movimentos sociais e entidades em 2007 como manifesto final do Seminário “Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás”. Este seminário e este documento foi uma reação de um conjunto de entidades e movimentos sociais após o Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), propor como solução para a crise energética da siderurgia da Amazônia a implantação do Distrito Florestal de Carajás. Tal projeto tinha por intenção conformar:

(...) uma área de 200 Km de raio a partir de Marabá e de Açailândia, o Governo Federal pretendia canalizar recursos para o plantio de 1 milhão de hectares de monocultura de árvores, gerando 5 milhões de m² de toras para a indústria madeireira e 17 milhões de m³ de toras para carvão (CPT; et.al., 2007).

Para alcançar essa área necessária de florestas energéticas ou plantações de eucalipto, uma das propostas do SFB era incorporar áreas de assentamentos no conjunto deste grande projeto florestal. A mobilização e os questionamentos dos movimentos sociais foram fundamentais para que este projeto fosse postergado (ASSIS; CARNEIRO, 2010). No documento que data de 2009, além de vir estudos e relatos deste processo de eucaliptização, o MST reuniu inúmeras outras informações sobre a exploração mineral, a concentração da terra, direitos de povos tradicionais, a produção de energia hidrelétrica e o uso, posse e acesso à

água na Amazônia, colocando sua posição e fazendo algumas propostas perante tais questões. A seguir apresentaremos de forma resumida e sistematizada algumas destas propostas apresentadas no referido documento:

- Salvar a Amazônia e suas riquezas da sanha do capital estrangeiro e do agronegócio (...);
- Proibição da exportação de madeira e qualquer bem genético da biodiversidade amazônica (...);
- (...) o fim do financiamento público para a implantação da monocultura do eucalipto na região (...);
- Suspensão dos grandes projetos do capital (...) (MST, 2009, p. 47-55).

Atuando nesta região, onde as questões ecológicas e ecologistas têm sido muito recorrentes e frequentes nas últimas décadas, seria o MST um movimento também ecologista? Diante das adversidades e da expansão da fronteira de exploração de minerais, da madeira e do eucalipto, conseqüentemente o mesmo com uma significativa base social e com um perfil político bem conhecido precisa diante dessas adversidades se posicionar e agir. Estes documentos, acima citados, nos ajudam a entender e em grande medida demonstram que historicamente o MST, que tem lutado por questões que durante muito tempo não foram conceituadas como estreitamente ecológicas ou ecologistas, como a questão agrária, tem trazido temas assim outrora conceituados para se somar as suas pautas tradicionais de reivindicação. Assim colocar as preocupações e as questões ecológicas e ecologistas nos objetivos e nos anseios de suas lutas, sejam imediatas, sejam necessárias. Conseqüentemente difundindo suas visões de mundo, seus discursos e ideias inerentes a tais questões.

Como uma organização nacionalmente constituída, os temas ecológicos e ecologistas tem sido recorrentes nas jornadas de lutas do MST e sido debatido pelo menos nas suas instâncias mais públicas. A exemplo tem sido as campanhas contra transgênicos, aos agrotóxicos e em defesa da agroecologia e da biodiversidade (ALIER, 2012). No plano da ação destacamos algo que se refere ao combate de monoculturas em especial do eucalipto que está relacionado à ocupação por mulheres da Via Campesina, organização também composta pelo MST, de uma área da empresa Aracruz Celulose na cidade de Barra da Ribeira no estado do Rio Grande do Sul no dia 08 de março de 2006, dia internacional da mulher, coincidência ou não, exatamente dois anos depois uma ação muito parecida a esta aconteceu na Fazenda Monte Líbano em Açailândia no estado do Maranhão e repercutiu também a nível nacional.

Tal esverdeamento do movimento e das suas questões tem sido significantes nos últimos tempos e inclusive é reconhecido pelo próprio Alier (2012) como um importante movimento mundial de prática do ecologismo popular. Predominantemente esses

posicionamentos do MST se apresentam naquilo que Scott (2000) nos ajuda a pensar e o mesmo o define por transcrições públicas. Em grande medida essas manifestações públicas nos orientaram para irmos a uma localidade que tem vínculos históricos com este movimento e que esta se defronta mais estreitamente e cotidianamente com um conflito que nos é possibilitado de se pensar em termos Alier (2012) enquanto ecológico distributivo, pois em grande medida provém da expansão da fronteira internacional do eucalipto e que ao longo do tempo suas experiências, a construção e a mobilização de formas de resistência certamente têm ajudado na composição destas preocupações ecológicas do movimento como um todo.

Obviamente não há surpresas em uma localidade em que há vínculos históricos com o movimento as estratégias e os instrumentos de resistência diante de conflitos sejam também orientados pelas diretrizes e por imperativos deste enquanto uma organização coletiva. Entretanto, ao mesmo tempo e no mesmo espaço que existem essas formas de resistência mais ligadas à atuação e posicionamentos do MST, há de existir também inúmeras outras relacionadas a estes conflitos que fogem dos imperativos, controle e orientações do mesmo. Provavelmente por não disporem de aportes de difusão de ideias, visões de mundo, nem legitimidades tão acentuadas e estarem relacionados em significativas assimetrias de poder em relação as empresas eucaliptocultoras, a mobilização de variadas formas de resistência têm sido significantes sejam orgânicas e estruturadas, sejam espontâneas e difusas.

Logicamente estas formas de resistência possuem diferenças e entendemos que basicamente, de acordo com nossos pressupostos teóricos, as formas de resistência mais organizadas e agregadas em torno de uma organização coletiva que no caso aqui podemos pensar que na prática é o MST em grande medida objetivam, almejam transformações mais profundas ou como se denominam difusamente estruturais. Evidentemente para isso são necessárias amplas e significativas mobilizações, ações e uma organicidade política, elementos estes que são construídos e manifestados através da organização de pessoas nas fileiras e bases de um movimento social como este. Então essas formas de resistência são em tese aquilo que se necessita somar elementos para fazer o que entendemos, conforme colocado no capítulo dois, por luta necessária. Em termos ilustrativos as propostas do MST citadas acima em um documento publicado em 2009 são para nós parte e motivos dessa legítima luta necessária. Porém, as pessoas que compõem as bases e habitam os espaços vinculados historicamente ao movimento sejam organicamente, sejam dispersamente, diante de necessidades imediatas e vitais, e que no contexto da atual política formal são aprofundadas ainda mais pela carência da atuação estatal por meio de políticas públicas, não suportam e nem podem esperar por estas profundas mudanças e resultados da luta necessária.

Com isso indivíduos ou até pequenos grupos mobilizam, constroem uma infinidade de instrumentos e estratégias que as vezes fogem do controle e da repressão legal para suprirem predominantemente estas necessidades imediatas, sendo que parte destas estratégias e destes instrumentos também são formas de resistência e são partes e elementos daquilo que também no capítulo dois mencionamos como luta imediata. Porém pode haver casos que estas formas de resistência podem ser também mobilizadas para a luta necessária ou vice e versa, pois estas divisões são apenas elaborações teóricas e que na realidade talvez não ocorrerem desta forma tão rigidamente separada, mas foi uma forma de tentar organizar o que obtivemos em campo, organizar a sistematização e argumentação deste trabalho.

No geral o MST tem sido um movimento importante no que concerne a mobilização de formas de resistência a expansão da eucaliptocultura na Amazônia Oriental, fato que pode ser comprovado pelas publicações dos documentos acima citados³⁹, por suas ações como a ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano. Porém estas são legítimas formas de resistência ecológicas estruturadas e que ocorrem de forma mais esporádica, apesar frequente vigilância do movimento em relação a tal questão. Um dos intuitos da nossa pesquisa no Projeto de Assentamento Califórnia era poder acessar e entender ali naquele lugar outras faces e percepções do conflito ecológico que ali se estabelece, não apenas pelos fatos e apontamentos do MST enquanto uma organização coletiva, mas o que a população em si, as pessoas que ali vivem compreendem este conflito e como no seu dia a dia o enfrentam. Para isso tivemos de disciplinar mais fortemente o nosso olhar a partir das concepções sobre legítimas formas de resistências ecológicas que ocorrem de formas difusas e espontâneas. Lógico que também não perdendo a sensibilidade ou deixando de dá importância as que ocorrem de forma mais organizadas e estruturadas.

Feito estas considerações partimos para as subseção seguintes onde colocaremos elementos obtidos em campo e as nossas argumentações e interpretações necessárias para demonstrarmos ocorrências e manifestações destas legítimas formas de resistências ecológicas no Projeto de Assentamento Califórnia.

5.2.2. Formas de resistências ecológicas para a reprodução material.

A partir dos apontamentos da pesquisa nos foi possibilitado pensar e interpretar formas legítimas de resistências ecológicas, sejam rígidas e estruturas ou difusas, dissimuladas e espontâneas, e que foram mobilizados e construídos ao longo do tempo pela população do

³⁹ CPT (2007); MST (2009).

Projeto de Assentamento Califórnia, podemos perceber e notar que a primeira manifestação deste tipo de resistência foi o próprio processo de ocupação da antiga Fazenda Califórnia, que anos depois deu origem ao referido assentamento. Isso porque tal processo possibilitou diretamente o acesso e o uso de recursos naturais que tem possibilitado a reprodução de aproximadamente duzentas famílias. Além de que a ocupação da referida área impulsionou quase que de imediato a alteração da forma de uso das terras vizinhas da área que primeiramente pertenciam a CELMAR, conforme colocamos em uma das falas do Senhor Ozias no capítulo anterior e também esta situação apareceu no relato de outro interlocutor que é o Senhor Reinaldo, este nos relatou que vive no assentamento desde a primeira ocupação em 1996 e inclusive trabalhou na construção das cercas de uma das fazendas que hoje pertencem a Suzano Papel e Celulose.

Pelos relatos essa alteração, que se materializou nas plantações de eucaliptos, foi na intenção de evitar que outros grupos de sem-terra ou posseiros motivados pelo êxito da conquista do Projeto de Assentamento Califórnia pudessem ocupar estas áreas. Haja vista que esse processo ocorreu nos anos 1990, período de grande efervescência das lutas camponesas na Amazônia Oriental e essas alterações no que concerne ao uso de terras nessa região também foram percebidas por Monteiro (1998), tais modificações eram predominantemente na intenção dos proprietários ou daqueles que se diziam proprietários evitar tanto a ocupação por grupos camponeses ou pleitearem indenizações mais significativas junto aos órgãos fundiários. Vejamos abaixo trecho do relato de Reinaldo sobre tal situação:

A ocupação da Califórnia foi em 96, em março de 96, aí acho que mais ou menos ficou 96. Em 97 acho que esse projeto começou a chegar lá por volta de 98 e foi rápido, logo eles tem dinheiro, chegou foi coisa assim de um ano, em mais ou menos um ano eles prepararam toda a cerca e em seis meses, no período que antecedeu as chuvas, eles prepararam o solo e arrocaram plantando eucalipto. É aí uma das coisas que levou aquilo dali primeiramente foi o medo do MST, que a ocupação na Califórnia foi monstruosa de muita gente e tudo e aí não ia demorar também pra ocupar aquelas áreas na frente não. Aí os antigos donos venderam logo as áreas. Depois disso todo ano foi só aumentando mais o eucalipto. (Reinaldo, morador, 24.04.2013).

Então essas mudanças iniciais relatadas nas referidas circunstâncias pelos senhores Ozias e Reinaldo e corroborado em Monteiro (1998) foi o que em grande medida resultou na conformação e formação da paisagem que nos é possibilitado de ser ter uma noção a partir das imagens 04 e 05, que estão no capítulo anterior, em que o Projeto de Assentamento Califórnia é cercado por todos os lados, o que deu a entender que é uma face muito concreta desta resistência e do conflito ecológico distributivo como um todo e que estes se materializam em

partes no uso do território e na conformação da paisagem que as referidas imagens nos possibilitam ter uma dimensão.

Outro elemento percebido que nos é também permitido pensar enquanto uma forma legítima de resistência ecologizada concerne ao uso e ocupação territorial na tentativa da população do assentamento diversificar as atividades agropecuárias nos lotes de produção que evidentemente segue a orientação que é muito difundida e defendida pelo MST que é o princípio constitucional da função social da terra, também do que tem sido recorrente em suas campanhas como a produção de alimentos. Sendo que a reprodução e manutenção de grande parte das famílias assentadas também dependem do desenvolvimento dessas atividades agropecuárias minimamente diversificadas e isso em grande medida independem das orientações ou não do movimento e de apelos ecologistas, pois é uma questão de sobrevivência para muitas das famílias que ali vivem.

Contudo, na tentativa de entender como tem se dado esse processo da produção agropecuária no Projeto de Assentamento Califórnia nos vieram alguns elementos que nos mostraram que apesar dos conflitos e até confrontos ao longo do tempo com empresas siderúrgicas e eucaliptocultoras, isso não significa que não existam ou existiram relações menos conflituosa entre assentados e estas. Uma dessas relações foi que durante muito tempo os assentados foram fornecedores de carvão vegetal para terceiros que no fim esse carvão era utilizado por empresas siderúrgicas. Existem situações também mais recentes em que pessoas que moram na agrovila do assentamento também trabalham em empresas terceirizadas que prestam serviços para a Suzano Papel e Celulose, isto apareceu em trechos do Professor Andrade, conforme citado no capítulo anterior, e percebemos isto também por meio de observações feitas durante a pesquisa de campo, inclusive registramos fotograficamente um momento em que pessoas que ali residem voltavam para a casa após um dia de trabalho. Tais situações nos demonstrou que apesar dos apelos ecologistas e ecológicos, das orientações teóricas, das orientações do próprio MST esse apontamento é uma demonstração de que na realidade as situações e contextos são mais complexos e abrangentes, ainda mais se tratando de pessoas que tem necessidades básicas a serem supridas e situações a serem enfrentadas diariamente.

A seguir veremos a imagem em que registra o momento da volta de trabalhadores, que residem na agrovila do Assentamento Califórnia, voltam para casa após um dia de trabalho:



Imagem 17: Parte dos trabalhadores da empresa Enflors⁴⁰ que moram na agrovila do Projeto de Assentamento Califórnia desembarcando no fim de tarde.

Fonte: Imagem feita pelo autor.

A respeito da produção de carvão vegetal, que apesar de ser uma atividade de significativo dano ecológico (MONTEIRO, 1998), a mesma era feita na pior das intenções no Assentamento Califórnia, mas sim como uma atividade paralela que aproveitava a matéria vegetal oriunda das derrubadas para a implantação de lavouras e pastagens, por outro lado agregava uma renda extra para as famílias assentadas e também foi uma importante frente de trabalho para moradores. Sem contar que serviços infraestruturais como a abertura e manutenção de estradas e o abastecimento de água nos lotes de produção dependiam e eram possibilitados por meio de agentes dessa atividade, pois necessitavam manter a força de trabalho nos lotes de produção e também dependiam das estradas em boas condições de tráfego tanto para a mobilidade dessa força de trabalho, quanto para o transporte de lenha que se extraía e do carvão que ali se fabricava. Lógico que a fraca ação estatal diante deste contexto estimulou essa atividade, tanto pelo não atendimento de demandas infraestruturais, como pela falta de controle e fiscalização, por meio dos órgãos de meio ambiente, dessa atividade da produção do carvão vegetal.

Tais elementos podemos em grande medida constatar por meio de observações feitas na área dos lotes de produção, em especial percebidas pelas más condições de conservação da estrada, conforme parcialmente demonstrado na imagem 13, e também corroboradas nas falas

⁴⁰ A Enflors é uma empresa terceirizada da Suzano Papel e Celulose e tem bases de apoio operacional nas Fazendas Teimosa e Monte Líbano que ficam nas proximidades do Assentamento Califórnia o que evidentemente essa mão de obra pode ser mais vantajosa para empresa em termos de mobilidade e também de custo em função da proximidade dos postos de trabalho.

do Seu Rui, do senhor Josa e também em um trecho da fala da Dona Eva Maria que citamos no capítulo anterior onde a mesma declarou que na época de implantação da escola do assentamento tiveram de extrair e vender toras de madeira para poderem comprar materiais de consumo para o funcionamento da escola e a para o uso dos estudantes. Vejamos a seguir trecho das falas de Seu Rui e do senhor Josa:

Eu trabalhei num caminhão muitos anos aqui nessa estrada puxando lenha e carvão (...) a água o pessoal falava com os motoristas e eles traziam, aí pessoal pagava pra nós por cada tambor (...) Essa estrada quando tava muito ruim os comprador de carvão mandavam umas máquina pra consertar ou abrir onde não tinha (...) Depois que acabou a madeira pro carvão ficou pior porque nem o INCRA, nem a prefeitura manda arrumar (JOSA, assentado, 25.04.2013).

Tá tramitando no INCRA a mais ou menos uns quatro a cinco anos um projeto de 28 quilômetros de estrada. Mas, até agora nada (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A ação estatal aprofundou ainda mais esse processo de supressão de áreas de mata nativa, sejam primárias ou secundárias, por meio dos financiamentos a projetos de implantação da pecuária bovina. A pecuária era atividade predominante na época de nossa pesquisa. Pelas falas do Seu Rui e do Senhor Ozias nos foi possível melhor elucidar e compreender o que observamos *in loco*, que nos lotes de produção as pastagens predominam na paisagem e como a pecuária se tornou atividade predominante ao longo do tempo no assentamento. Isto não ocorreu apenas pela vontade dos assentados, mas por um conjunto de políticas públicas, financiamentos e assistência técnica, que direcionaram boa parte dos esforços para que isso viesse a ocorrer. Na fala dos referidos interlocutores ainda aparece um elemento de organização cronológica da trajetória produtiva do assentamento, sendo que as atividades agrícolas predominaram num primeiro momento, passando depois por um período em que a produção do carvão vegetal era a principal atividade e depois a pecuária. Evidentemente que estas atividades principais não eliminaram outras, na época de nossa pesquisa havia uma coexistência de atividades agropecuárias no assentamento, como a produção de hortaliças, produção de mel e também cultivos agrícolas como milho e mandioca. Vejamos a seguir trecho de falas dos mesmos em que colocam estes elementos:

Quando a gente chegou aqui ainda tinha algumas áreas de mata, tinha muita área degradada também, porque a antiga fazenda eles tinham serraria e deixaram muita madeira serrada (...) o pessoal plantava muito arroz, milho, feijão faziam umas roças grandes e os carvoeiros compravam a madeira que era tirada pro pessoal colocar as roças, com um tempo a agricultura foi caindo, caindo e o pessoal passou a se dedicar mais a fabricação de carvão (...) Depois com a liberação dos créditos passaram a criar gado, hoje é o que mais tem aqui é criação de gado de leite. Tem umas plantações mais é coisa pouca (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

O pessoal tem até vontade, eu inclusive tenho vontade de fazer um projeto pra plantar milho, arroz, feijão, mas quando a gente vai num escritório de assistência técnica eles não fazem o projeto, não querem nem ouvir falar. Os gerentes dos bancos não querem arriscar e aí só liberaram e só libera um crédito se for pra criar gado de leite (...). Quando eu cheguei aqui por volta de 99, 2000, já havia sido liberado o PROCERA e aí depois liberaram uns PRONAF's mais a maioria dos projetos foi só pra criar gado e se não se adequar as manhas dos gerentes do banco nem pega (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

Na nossa incursão pela área dos lotes de produção também podemos constatar essa forte pecuarização do assentamento através da paisagem predominantemente tomada por pastagens ao longo do eixo da principal estrada de acesso desta área e pela presença de equipamentos dos lotes de produção como cercas, porteiras e currais. Vejamos alguns aspectos dessa paisagem nas imagens a seguir:



Imagem 18: Áreas de pastagens são predominantes nos lotes de produção.
Fonte: Imagem feita pelo autor.



Imagem 19: Aspecto da paisagem de um lote de produção e ao fundo plantios de eucalipto.

Fonte: Imagem feita pelo autor.

Devido ao ciclo de plantio, colheita e comercialização ser mais curto e demandar áreas menores, o cultivo de hortaliças também era feito por moradores que aproveitam áreas de quintais, lotes de moradia desocupados e áreas das imediações da rodovia BR-010 que são de controle do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes). Outra situação que nos deteve bastante atenção foi quanto à utilização destas áreas do DNIT por um morador que não apenas cultivava hortaliças em pequenas hortas, mas mantinha lavouras mais ampliadas de milho, feijão, mandioca, dentre outros ao longo de aproximadamente dois quilômetros nas duas margens da rodovia nas proximidades da agrovila do assentamento. Tais situações em grande medida nos demonstram uma das diversas estratégias que famílias elaboram de meios de trabalho e de sobrevivência que independem de imperativos, permissões e da ação do poder público de forma mais incisiva e evidentemente fazendo uso de recursos naturais que são de posse e controle de outros entes legalmente instituídos, sendo assim também uma legítima forma de resistência ecologizada. Também em grande medida demonstram faces das contradições desse processo de desenvolvimento da região que agora, conforme colocado na seção anterior, se legítima e está numa fase de desenvolvimento sustentável, onde uma empresa, a Suzano Papel e Celulose, detêm grandes áreas de terra e outras pessoas que vivem nesta mesma região precisam ser ousadas e ocuparem espaços, digamos que exóticos, para garantirem não lucros financeiros, mas recursos para sua sobrevivência.

A seguir em um trecho da fala da senhora Maria Silva Lima que mantém hortas em seu quintal que faz limite com a área de domínio do DNIT e do senhor Juvenal que utiliza áreas predominantemente do DNIT ao longo da BR-010. Posteriormente as falas, algumas imagens desses espaços alternativos de produção e da feira de Açailândia onde o Senhor Juvenal comercializa parte de sua produção:

Meu pai era assentado aqui e aí a uns sete anos atrás eu vim com minha família morar, depois meu pai morreu e eu e meus irmãos tomamos conta do lote que era dele. (...) Já tem cinco anos que eu trabalho como agente comunitária de saúde eu fiz um concurso e depois de um tempo a prefeitura me chamou (...) nós começamos a fazer uns canteiros pra gente mesmo consumir aqui em casa, depois o pessoal começou a vir lá da rua e querer comprar, a gente viu que dava certo, já tinha muita gente que tinha horta aqui, e nós começamos a fazer é bem melhor e muita gente prefere hoje em dia trabalhar com horta do que fazer roça. Uma horta o retorno é mais rápido e o trabalho é menos. Agora aqui tem muita gente que não tem coragem de trabalhar e reclamam muito, mas quem trabalha direitinho sobrevive. (...) Agora mesmo nós estamos tentando organizar a AAVA, meu marido é sócio, mas o povo é desinteressado, se não envolver dinheiro nesses projetos, nessas associações o pessoal não vai e depois reclamam que são carentes (...) (MARIA SILVA LIMA, moradora, 27.04.2013).

Eu cheguei aqui há cinco anos atrás e fui morar num barraco ali no fundo dessa casa da frente, que é da minha sogra, ela já tinha vendido a terra e eu tive que procurar um meio de sobreviver, aí eu conheci um moço que plantava ali na beira da BR e aí eu perguntei pra ele se tinha algum problema eu colocar uma roça ali próximo ele me respondeu que não (...) Logo depois tinha outro pessoal que plantava lá também e aí um tempo depois eu fui comprando deles, hoje essas roças que tem aí na beira da estrada quem toma conta de tudo é eu e meus meninos. (...) Essa área é do DNIT e desde quando eu comecei rolar uns boatos que eles vão tirar a gente, mas até hoje ninguém do DNIT me procurou nem me disse nada oficialmente não. (...) Durante a semana a gente tem uma banca lá no mercado central de Açailândia e aos domingos monta duas bancas lá na feira. (...) a gente vende quiabo, abobora, macaxeira, feijão, milho o que tiver colhendo a gente leva. (...) É muito trabalho, aqui a rapaziada acorda cedo (...) mas dentro desses cinco anos já comprei essa moto e esse carro pra gente trabalhar e comprei esse lote aqui e construí essa casa (JUVENAL, morador, 27.04.2013).



Imagem 24: Banca montada pela família do Senhor Juvenal para a comercialização da produção na feira dominical de Açailândia.⁴¹

Fonte: Imagem feita pelo autor.

A apicultura também era uma atividade existente, mas ainda estava num processo muito recente de desenvolvimento. Essa atividade, pelo relato do Senhor Ozias e da Senhora Maria Silva Lima, já havia sendo feita a um bom tempo no assentamento, contudo ganhou mais força após a organização da AAVA, que tem como objetivo organizar apicultores. A organização desta associação passou a ser mais sistemática em meados dos anos de 2011 e 2012 em virtude, tanto da mobilização dos associados, quanto em função de alguns incentivos, parcerias e apoio aos quais buscaram e receberam:

A associação já existia há algum tempo, mas começamos a movimentar ela a partir de 2011, 2012 com o fortalecimento da produção, que ainda é tímida, mas com as parcerias e os apoios que agente conseguiu e ela tem aumentado desde 2012 e o nosso quadro de sócio também aumentou e nos próximos meses a ideia é aumentar mais. Agora nós estamos tentando organizar mais ainda a produção e tentar colocar pra funcionar a casa do mel e pra isso a gente ta tentando conseguir o selo sanitário do governo do estado. (...) A ideia é montar a casa do mel ali naquela casa verde da beira da estrada onde antes era uma associação de mulheres, a Suzano doou uns equipamentos, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de Açailândia também e a gente tá buscando mais parcerias pra aprimorar o trabalho da associação como um todo (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

⁴¹ Imagem feita no dia 28/04/2013 durante uma visita nossa a feira.



Imagem 25: Imóvel onde se pretendia acomodar as instalações da casa do mel coordenada pela AAVA e estavam guardados os equipamentos do projeto recebidos das parcerias do SENAI e da Suzano Papel e Celulose.

Fonte: Imagem feita pelo autor.

Percebemos que a dinâmica da produção e da diversidade dela não se manifesta apenas na ocupação do espaço, mas também é em grande medida um elemento que entusiasma alguns dos moradores e assentados diante de dificuldades que encontram no seu cotidiano e na sua trajetória social no sentido de afirmarem-se como ocupantes legítimos de um espaço. Tal evidência apareceu nas empolgantes falas de Dona Eva Maria, Seu Rui e Reinaldo as quais a seguir colocaremos trechos das mesmas:

Por aí a gente ouve falar muito o pessoal criticar que aqui não se produz nada, tem muitos problemas aqui de estrada ruim, dívida com os bancos, mas mesmo assim aqui em média diariamente o pessoal tira 2500 a 3000 litros de leite, tem muita produção de hortaliças e aos domingos tem muita gente daqui que vai vender lá na feira de Açailândia, tudo é produzido aqui (...) (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

Ali na Califórnia se tivesse mais incentivo, assistência técnica o pessoal produziria muito mais, um tempo desse a gente começou a fazer uma contagem assim rápida e logo, logo a gente contabilizou que por dia é mais de 2000 litros de leite que o pessoal vende, entrega pros laticínios e tudo (...). Quando é o tempo do milho o pessoal colhe também muito milho, só que já teve tempo melhor, nos primeiros anos dali saia muitas carradas de arroz, abóbora, mandioca (...) (REINALDO, assentado, 24.04.2013).

O pessoal já tinha muitas hortas aqui, aí um tempo atrás a gente trouxe através da associação um curso de hortaliças e depois disso isso aqui virou um cinturão verde. Tem muitas hortas aqui espalhados pelos lotes por esses terrenos vazios, na beira da estrada. Tem muito (...) (Dona Eva Maria, assentada, 09.04.2013).

Outro arranjo ou estratégia relacionado a ocupação e uso do território e que deteve nossa atenção, pois em grande medida infringe normas legais estabelecidas, difusamente assimiladas e tem evidentemente relações diretas e estreitas em função da proximidade do assentamento e as áreas com plantações de eucalipto, essa estratégia é a apropriação difusa de madeira das áreas atualmente pertencentes à Suzano Papel e Celulose para a utilização diversa para o suprimento de necessidades cotidianas, sejam individuais, sejam coletivas. Um dessas situações possivelmente, pois não houve confirmação exata, foi a construção da base de sustentação de reservatórios para armazenamento e distribuição de água nos lotes de produção depois que um grupo de assentados por iniciativa própria resolveram e tiveram condições de perfurar poços e também fazer a rede de distribuição, conforme relatado em trecho da fala de Seu Rui no capítulo anterior. Este interlocutor nos relatou também que durante muito tempo procuraram tanto a Vale como a Suzano Papel e Celulose para ajudar eles neste projeto, contudo as mesmas nunca concretizaram as promessas feitas. Vejamos a seguir este trecho da fala do Seu Rui:

(...) Um tempo nós também procuramos a Vale, mas ela nunca disse e nem deu nenhum retorno. Já o pessoal da Suzano foi até lá ainda e disseram que iam dá as mangueiras pra fazer a distribuição pros lotes, mas depois sumiram e nunca mais apareceram também (Seu Rui, assentado, 10.04.2013).

A partir de outro relato de um informante, que preservaremos a identidade, nos relatou que em conversas posteriores com técnicos da empresa, um desses técnicos, havia dito que a mesma desistiu por que o grupo havia retirado madeira de uma das áreas da empresa para fazer as bases de sustentação dos reservatórios que foram colocados para armazenar a água dos poços. Tal informação foi verificada por nós e identificamos que há uma grande possibilidade de ser procedente, pois as únicas áreas ao entorno do assentamento onde possuem árvores com o porte das que foram utilizadas estão dentro de áreas da Suzano Papel e Celulose que dentro das plantações de eucalipto preserva algumas pequenas áreas de floresta nativa. Entretanto, este informante não identificado, não vê na atitude do grupo nenhum problema quanto a retirada da madeira, pois a mesma foi retirada para o uso coletivo.

Porém, independente se esta iniciativa retirou ou não o material das áreas da Suzano Papel e Celulose, existem outras situações em que os moradores e assentados fazem a extração de madeira das áreas desta empresa. Em todo assentamento observamos é muito comum a utilização diversa de madeiras retiradas das áreas da mesma, em especial eucaliptos, para uso dos assentados e moradores, como a construção de alpendres e para a utilização como antenas de televisão. Nas imagens a seguir veremos que demonstram estas situações:

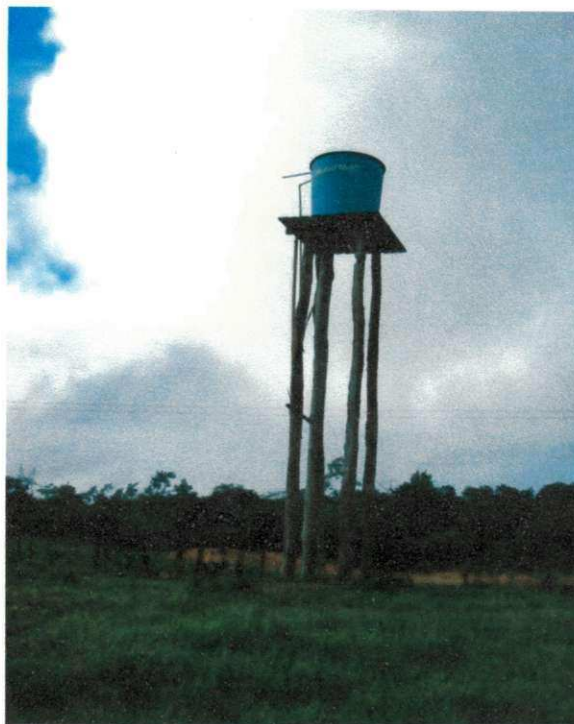


Imagem 26: Reservatório de um dos poços construído pela iniciativa dos assentados com madeiras provavelmente retiradas de reservas nativas da Suzano Papel e Celulose.

Fonte: Imagem feita pelo autor.

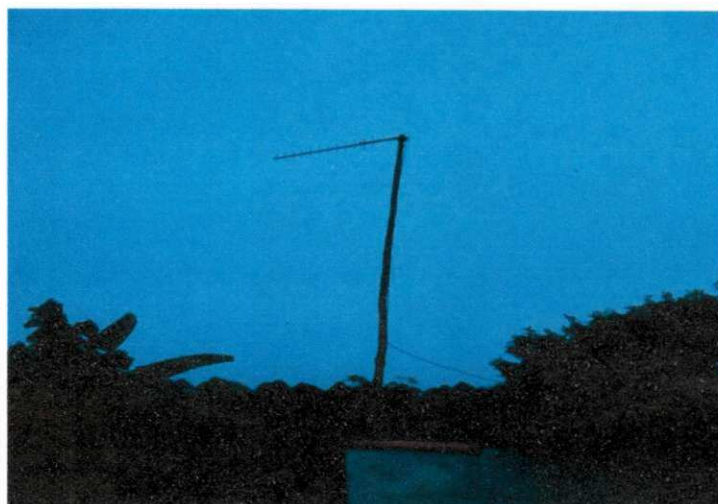


Imagem 27: Antena de televisão feita com árvores de eucalipto uma cena muito comum na agrovila do Assentamento Califórnia.

Fonte: Imagem feita pelo autor.



Imagem 28: Alpendre sustentado por madeira de eucalipto cena também muito comum no Assentamento Califórnia.

Fonte: Imagem feita pelo autor.

Essa prática em grande medida se demonstra como uma legítima forma de resistência ecológica que se justifica e legitima pelo senso e um sentimento moral de justiça, tendo em vista a ampla posse desse recurso pela empresa que em função da grandiosidade das suas plantações nem sente falta do que a população do assentamento extrai. Em grande medida há um modesto sentimento rebelde que possivelmente nutre motivam tal prática e também o dimensionamento de mecanismos de controle serem muito irrisórios e ineficientes para coibir tal prática. Pelo que podemos notar que tal prática é amplamente difusa e que em algumas falas opinaram sobre o tal questão manifestando-se favorável desde que tal prática não acarrete para quem a faz, ganhos econômicos. Vejamos trecho das falas a respeito desta prática:

Esses eucaliptos aí que o pessoal usa pra fazer varanda, antena, chiqueiro, cerca isso aí é nada não. Tanto que tem aí quando o pessoal tira eles nem nota é muito eucalipto (...). Tu vai ver aí pra dentro isso é grande demais. (...) Chega ali naquele buteco perto da estrada e paga uma pinga pra aqueles cabras que ficam ali conversando e pede, ligeiro eles trazem o tanto que tu quiser. (...) Quando o vento forte bate cai muito e aí geralmente o pessoal tira esses que caem, mas aqui mesmo durante muito tempo tinha um barracão que a gente fazia as reunião ele era todo feito com eucalipto que o pessoal tirava (REINALDO, assentado, 24.04.2013).

Um tempo tinha um pessoal que tirava madeira aí dessas áreas da Suzano pra vender, com isso eu não concordo, mas tirar pra fazer uma antena, arrumar uma cerca, não vejo problema é tanta madeira aí que isso nem faz falta pra empresa (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

A retirada desses eucaliptos isso sempre teve desde que eu cheguei aqui e as empresas nunca conseguiram controlar, o pessoal faz e nunca teve problema, logo isso aí é muito grande, a vigilância armada que eles têm não da conta de controlar (...) (OZIAS, Assentado, 07.04.2013).

Outra ação que também podemos denominar e entender enquanto uma legítima forma de resistência ecologizada foi à organização dos assentados para a construção também a construção dos poços nos lotes de produção o que permitiu a estes o acesso a um recurso natural fundamental para a sobrevivência e reprodução destes que é a água. Além de que esta ação demorou tanto tempo para se concretizar e as ajudas solicitadas e prometidas nunca foram cumpridas o que reforça mais ainda a sua natureza resistente. Tal ação ela tem tanto um sentido material a medida que foi realizada no intuito de permitir o acesso de um recurso, quanto política em virtude da organização coletiva dos envolvidos.

Se em termos quantitativos essa produção agropecuária garante o amplo abastecimento de mercados ou atende satisfatoriamente necessidades do próprio assentamento não temos propriedades nem informações para dizer isso com mais precisão, mas ela representa uma importante frente de ocupação e meio de vida para muita das famílias que ali vivem. Evidentemente outras ocupações e atividades também são fundamentais e realizadas haja vista como o emprego em empresas terceirizadas da Suzano Papel e Celulose, funcionalismo público, aposentadorias, pequeno comércio, transporte de passageiros, e também a cobertura por meio do acesso a direitos sociais e políticas de transferência de renda. Sendo que esta produção, que ao mesmo tempo é um meio de vida, se baseia na exploração e uso de recursos naturais e depende também da qualidade destes. Como ao longo do tempo a população foi aumentando a busca por alternativas de acesso a esses recursos naturais também foi se diversificando e intensificando, causando também problemas e danos ecológicos. Uma diferença fundamental para nós desses problemas e danos é para que são provocados, pois os problemas ecológicos causados pela população do Assentamento Califórnia, foram causados para garantir a sobrevivência básica de uma população, já os supostamente causados pelas empresas, foram no intuito de reproduzirem e possibilitarem amplos ganhos e vantagens econômicos.

Até agora demonstramos formas de resistência levando em conta mais os aspectos materiais, a partir do uso, do acesso de meios e recursos e das finalidades disto que tem sido basicamente para a sobrevivência básica da população do Projeto de Assentamento Califórnia. Como a subseção já está muito longa e ainda temos outras demonstrações dessas resistências a fazer, a seguir demonstraremos que para nós são mais relacionadas a um cunho político e

também a ideias e visões de mundo. Evidentemente, as acima demonstradas não deixam de também ter um aspecto ideológico e também político.

5.2.2.3. Formas de resistências ecologizadas a partir de perspectivas ideológicas e políticas.

As legítimas formas de resistência ecologizada como um viés mais político pode atribuir às ações e manifestações diretas em que a população do Assentamento Califórnia liderou diante de problemas que durante sua trajetória enfrentou relacionado a ação das empresas proprietárias das áreas vizinhas. Em especial da Vale que fabricava carvão vegetal na Fazenda Monte Líbano e a fumaça produzida por esta carvoaria causava muitos danos. Conforme já fizemos menção em outras partes anteriores do trabalho, porém ainda não colocamos detalhes importantes desta situação que foram obtidos nas nossas abordagens dialógicas na pesquisa de campo.

Segundo uma das nossas interlocutoras, que é a Dona Eva Maria, durante muito tempo foi muito difícil de viver em virtude da fumaça da carvoaria da Vale e dos danos que esta causava as pessoas que viviam e transitavam principalmente na agrovila do assentamento. Vejamos trechos da fala dela:

Em 2008 a gente viajou, apoiado pelo pessoal da Justiça nos Trilhos e outras ONG's internacionais pra São Luis fazendo denúncia nos órgão competente sobre o problema da carvoaria que tinha ali na área da Vale (...). Das oito associações que tem aqui no assentamento, a Santo Antonio foi a única que ingressou com processo contra a Vale (...) aí depois o pessoal ocupou lá fizeram uma manifestação e aos poucos foi parando a fumaça que sufocava nós aqui, era um fumaceiro que ninguém aguentava (...) os processo correm até hoje na justiça, a fumaça parou porque a Vale saiu daí e veio a Suzano, mas os órgãos competentes parece que nunca deram importância (Dona Eva Maria 19.04. 2013).

A ação de ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano ocorreu exatamente no dia 08 de março de 2008, dia internacional da mulher e também exatamente dois anos depois de uma ação de mulheres em áreas com plantações de eucalipto da empresa Aracruz Celulose no estado do Rio Grande do Sul. Na semana que antecedeu a ação, foi realizado no Assentamento Califórnia um encontro de mulheres organizadas a nível estadual pelo MST do Maranhão, no dia do encerramento deste encontro ocorreu a ação onde foi aproveitado a presença e disposição de que cerca de 800 (oitocentas) pessoas, vindas de diversos lugares e pertencentes a diversas organizações e movimentos sociais. Tal situação foi noticiada por diversos meios de comunicação no mesmo dia e também foi relatada por uma pessoa que

participou da referida ação. A seguir parte do relato do informante ao qual denominamos de Anônimo II⁴² o mesmo participou da ação:

O que aconteceu é que nós ficamos cinco dias num encontro do MST, naquela quadra ali, umas quatrocentas pessoas e tudo a maioria mulher e no último dia, no finalzinho da tarde assim pro dia oito, chegou um ônibus de Imperatriz, movimento de mulheres quebradeiras de coco, [...], teve gente que a quadra não coube, não tinha onde alojar na Califórnia, até a Assembleia de Deus arrumou local pro pessoal dormir lá dentro da igreja. Aí no outro dia de manhã fez a ação. Só que aí tu sabe né cara? Nós vamos fazer uma ação não dá pra dizer pra todo mundo que nós ia fazer uma ação. [...] A gente falava que ia fechar a BR e tudo, mas não chegou a dizer nós vamos fechar a BR. Mas quando foi no finalzinho da tarde do último dia os meninos estavam até trabalhando, e apareceu um pessoal dizendo:

- Rapaz tu não sabe o que eu vi ali agora a pouco?

- Que que foi?

- Chegou um busão de pneu e tão despejando lá dentro da usina.

Chegou um busão preto e jogou a traseira pra dentro da usina e descarregaram lá. Aí eu disse então:

- Rapaz nós vamos fechar mesmo?

Quando foi na noite anterior a gente ficou sabendo que ia cortar eucalipto preparamos um monte de foíce e tudo e iam ocupar a carvoaria lá. Quando foi no outro dia aconteceu. (Anônimo II. 06.05.2013).

Então após a ação de 08 de março de 2008 e da repercussão desta a Vale abriu um diálogo com a população do Assentamento Califórnia. Nestes diálogos a empresa fez uma série de propostas baseadas em demandas do assentamento como a perfuração de poços artesianos, recuperação de estradas dentre outras as quais a morosidade do estado tem deixado ao longo dos anos a população do assentamento vulnerável e ao mesmo tempo esperançosa quanto às propostas que aparecem como as que foram feitas. Para Zé Luis essa foi uma estratégia da empresa para desarticular politicamente a comunidade:

Depois daquela ação que a gente fez aqui em 2008, ali na Fazenda Monte Líbano, o pessoal da Vale veio aqui fizeram umas reuniões e prometeram fazer uns poços artesianos recuperar as estradas e atender outras demandas e reclamações que o pessoal levou. Mas só que eles disseram que fariam isso se o pessoal que tinha entrado na justiça contra eles retirasse as ações. Na verdade o que eles queriam e conseguiram era desmobilizar a comunidade, porque foi apenas um grupo que deu entrada nessas ações, e os que não fizeram nada depois ficaram inventando boatos acusando nós, que entramos, de não ter recebido as benfeitorias que a ela prometeu. Colocando a culpa em nós e não nela, porque se ela quisesse ter atendido teria (Zé Luis, morador e filho de assentados, 09.04.2013).

Os diálogos com a empresa Vale foram mediados pelo governo estadual que recebeu uma pauta coletiva reivindicatória da população do Assentamento Califórnia. A Professora Divina nos relatou de que uma das pautas reivindicadas foi que o governo estadual, através da

⁴² Em virtude de que ainda estavam correndo processos judiciais impetrados pela Vale em virtude da ocupação da carvoaria da Fazenda Monte Líbano no dia 08 de março de 2008, resguardaremos também a identidade deste informante para que se possam evitar problemas posteriores. Entretanto, a conversa está registrada fonograficamente em nossos arquivos.

secretaria estadual de meio ambiente, realizasse estudos científicos para verificarem os danos ou benefícios da eucaliptocultura na região. Entretanto, passado mais de quatro anos esta pauta nunca havia sido cumprida pelo governo estadual. Nesta ação e nos desdobramentos que ela causou não resta dúvida de que a mesma foi uma legítima forma de resistência ecológica, com uma forte politização e organização, que reivindicou da Vale por meios políticos a qualidade de um recurso ou meio fundamental para a sobrevivência coletiva que é a qualidade do ar.

Em virtude de incertezas dos resultados agrônômicos, biológicos, ecológicos, econômicos e sociais, que as plantações de eucalipto das proximidades do Assentamento Califórnia possam a causar ao longo dos tempos, podemos perceber que em virtude disto também são organizadas ideias e repertórios científicos informais de conhecimentos em que a população de maneira geral tenta explicar, entender, criticar a expansão e a intensificação do eucalipto e seus processos inerentes. Tais conhecimentos e ideias evidentemente resultam das experiências vividas e de processos de assimilação de conhecimentos amplamente difundidos por movimentos sociais e ecologistas dentre eles os de que: *o eucalipto seca a terra, eucalipto não se come*⁴³, *eucalipto é commodity*. Esses conhecimentos e ideais se manifestam e se tornam compreensíveis não por uma explicação estritamente científica, mas pelo que podemos perceber e compreender, esses são mobilizados e mantidos no repertório popular e coletivo principalmente diante de incertezas que se acentuam pelo silêncio das empresas e do poder público sobre a questão da expansão e do monocultivo do eucalipto.

Elencamos este elemento como uma legítima forma de resistência ecológica, devido às necessidades e situações que tem a população do Assentamento Califórnia teve de enfrentar e contra argumentar perante as empresas e órgãos do estado, que provavelmente os argumentos destes ainda não foram capazes de convencerem, muito menos eliminar formas de contestação e crítica da população referente ao processo de expansão da eucaliptocultura. Vejamos a seguir trecho das falas onde os interlocutores citam situações em que expressam esse repertório de conhecimento e de ideais e que demonstram o não convencimento pelos argumentos científicos, técnicos difundidos a respeito das plantações de eucalipto e processos inerentes a tal, além de pressuposições destes referentes a tal questão:

Nós estamos tentando através da associação uns projetos com a Suzano, porque ela diz que é sustentável, mas parece que ela sustenta somente ela mesma. (...) Esse eucalipto me preocupa muito que ele venha degradar a terra e futuramente o povo não produza mais alimentos. (...) A gente tem sentido que de uns tempos pra cá a terra tá enfraquecendo, o solo tá muito fraco, isso tá prejudicando também os

⁴³ Este foi o lema de uma campanha liderada pela CPT em meados dos anos 2006 a 2008.

animais e isso tudo eu acho que é por causa desse eucalipto. (...) (Dona Eva Maria, assentada, 19.04.2013).

Aqui ainda bem que tem chovido bastante estes tempos, lá pras bandas de Açailândia parece que a chuva tá mais pouca e em outros lugares que tenho andado. Eu acho que são esses eucaliptos que segura essa chuva aqui pelo menos é uma coisa boa (...). (Professor Andrade, morador, 10.04.2013).

A Vale dizia e agora a Suzano também diz que esse eucalipto é reflorestamento, como que é reflorestamento que eles vêm corta e vende? Isso aí é como uma mercadoria qualquer, se fosse reflorestamento plantava outros tipos de árvores e deixava aí crescer por conta (SEU RUI, assentado, 10.04.2013).

As áreas na Califórnia estão muito ruins (...) hoje ninguém se arrisca a plantar, vamos dizer aqui arroz, que há dez anos atrás se plantava demais. Podia não ser assim satisfatório na região de tantos sacos por linha, mas a galera sabia que era aquilo que dava, hoje nem isso dá mais (...). Devido a isso o capim é mais resistente e o pessoal tem como alternativa criar gado de leite e cuidar do gado o trabalho é mais pouco e aí sobra tempo, e muita gente faz isso, pra cuidar de uma horta, jogar um baralho... (...) Ali não sei, acho que tem de ter um levantamento mais específico para saber qual a influência do eucalipto tem diretamente na produção ali. Nós sentimos ali uma ressequidão do solo mais seco, se hoje para de chover daqui a um mês não tem mais pastos, o pasto não fica mais verdinho assim. Ele resseca mais do que quando a gente chegou lá (...) (REINALDO, assentado, 24.04.2013).

Uma vez, numa festa, me apresentaram um senhor que dizia ser engenheiro florestal e aí a gente conversou muito sobre diversos assuntos e uma hora ele me disse que a Vale e a Suzano preferem reflorestar em áreas de pastagens. Eu contestei ele sobre reflorestamento porque reflorestamento pelo que eu sei não se faz só com uma espécie de árvore (...) (Zé Luis, morador e filho de assentados, 09.04.2013).

Para finalizar as demonstrações de legítimas formas de resistência ecológicas da população do Projeto de Assentamento Califórnia apresentaremos uma última. Esta resistência tem sido a articulação da população do assentamento, ou pelo menos de grupos internos, com organizações de redes, que têm enfrentado, debatido e promovido eventos referente a questões e problemas envolvendo grandes empresas e comunidades que vivem ao entorno de grandes projetos no eixo da EFC. Uma dessas redes de articulação tem sido a rede Justiça nos Trilhos⁴⁴, que tem agregado a esta movimentos sociais, sindicatos associações, dentre outros entes e assessorado político e juridicamente comunidades que tem enfrentado problemas inerentes a ação de mineradoras e siderúrgicas. Foi a rede Justiça esta que organizou e possibilitou a ida de moradores e assentados do Assentamento Califórnia no ano de 2008, segundo o relato da Dona Eva Maria, à cidade de São Luis para fazerem denúncias contra a Vale em órgãos de controle público tanto do poder executivo quanto do poder judiciário.

Outra evidência dessa parceria foi a contratação pela Justiça nos Trilhos de um filho de assentados do Projeto de Assentamento Califórnia, que havia há pouco tempo se formado no curso de direito em uma turma do PRONERA que ocorreu no estado de Goiás na UFG

⁴⁴ Para informações mais detalhadas ver: <http://www.justicanostrilhos.org/>.

(Universidade Federal de Goiás), para o quadro de assessores jurídicos da referida rede. Com estabelecimento desta aliança foi também realizada a produção dos documentários Vale de Lágrimas I e Vale de Lágrimas II, que relata situações e problemas enfrentados pela população do Assentamento Califórnia quando a carvoaria da Fazenda Monte Líbano ainda estava em funcionamento. Tais documentários foram importantes ferramentas de divulgação dos problemas causados pelas atividades da mesma. A produção de mídias que utilizam meios digitais, como os documentários citados, as redes sociais e as páginas eletrônicas dos movimentos sociais e das redes de articulação, não deixa de ser também uma legítima formas de resistência⁴⁵ ecológicas a medida que permitem difundir e publicizar informações referentes aos conflitos ecológicos em especial os ecológicos distributivos.

Então diante de todos esses elementos e de todas as demonstrações daquilo que ousamos pensar, articuladamente com o nosso referencial teórico e as situações empíricas, como legítimas formas de resistência ecológicas sejam elas formais e estruturadas ou difusas e espontâneas alguns pontos são comum entre todas as demonstrações colocadas acima. Dentre estes pontos comuns o uso de recursos e meios naturais para a sobrevivência básica e reprodução das pessoas e a defesa destes meios e recursos. Isto traz e são elementos em que é possível confirmar uma das nossas hipóteses de trabalho de que as formas de resistência construídas e mobilizadas por este ator social, que é a população do Projeto de Assentamento Califórnia, elas predominantemente tem sido mobilizadas e construídas para finalidades básicas de sobrevivência. Sem mais considerações, demonstrações e articulações teóricas e empíricas a fazer é chegado o momento de partirmos para nossas conclusões e considerações finais.

⁴⁵ Para quem se interessa no tema entre resistências e meios eletrônicos ver Nascimento (2009).

6. CONCLUSÃO

A partir de desdobramento da denominada crise do carvão vegetal, crise esta que resultou da intensa exploração matérias de origem nativa por empresas siderúrgicas. Diante dos efeitos da referida crise seria muito importuno para empresas encurraladas por este processo ainda quererem se justificar e legitimar por concepções e visões de mundo a partir ideias e as noções de progresso e desenvolvimento que não levasse em conta a dimensão ecológica. Isto exigiu destas uma reformulação de suas estratégias de dominação. Tal reformulação perpassou pela apropriação de uma ideia e da manifestação de um discurso amplamente difundido e aceito socialmente no mundo contemporâneo que é o desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade.

Para nós estes argumentos têm possibilitado os consensos sociais necessários para processos dominantes empreendidos por empresas siderúrgicas. Dentre estes a expansão da eucaliptocultura, atividade esta que tem se intensificado também nos últimos anos na Amazônia Oriental para garantir a matéria vegetal para a produção de carvão vegetal que outrora era obtida por fontes nativas. Ressaltamos que esse processo de ecologização de empresas siderúrgicas na Amazônia Oriental possa ser um processo que já venha ocorrendo há mais tempo⁴⁶, contudo ele foi manifestado de maneira incisiva e orgânica tanto pelas empresas quanto por suas entidades representativas apenas nos últimos anos e diante de exigências demandadas em virtude determinadas situações, como fiscalizações e ações de órgãos de controle social. A Suzano Papel e Celulose mesmo não sendo uma indústria siderúrgica, mas que também tem por base a matéria-prima proveniente do cultivo de eucalipto para o desenvolvimento de suas atividades econômicas e que se insere na região a partir do ano de 2009 também se manifesta publicamente respaldada e embasada por estes argumentos do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. A partir dos nossos pressupostos teóricos essa dominação em que o consentimento social é fundamental se denomina de hegemonia.

⁴⁶ Dois exemplos desse esverdeamento anterior de empresas siderúrgicas e eucaliptocultoras estão a própria criação da CELMAR conforme colocado em citação de Franklin (2008) no capítulo três. Outro exemplo é a aquisição de áreas e o cultivo do eucalipto com fins industriais feito pela Siderúrgica Viena, que declara em sua página eletrônica a seguinte mensagem: “A Viena se diferencia pela sua preocupação ambiental de longo prazo, pois vem reflorestando a mais de 20 anos, sendo que já atingimos a sustentabilidade para o nível de produção atual. A Viena vem plantando mais de 3.000 ha/ano de florestas de eucalipto nos últimos cinco anos, já tendo atingido 30.261 hectares em 2012 (VIENA SIDERURGICA S/A, 2013)”.

Esta dominação se manifesta de maneira mais ampliada e de forma muito nítida na concentração de recursos e meios naturais como a terra, o poder de mobilizar o estado e seus agentes para o atendimento e discussão de suas demandas, como a criação de áreas especiais como foi a proposta da criação do Distrito Florestal de Carajás e as propostas do Programa Um Bilhão de Árvores para a Amazônia⁴⁷, os incentivos recebidos pela Suzano Papel e Celulose através da Prefeitura Municipal de Imperatriz e por meio do BNDES, o recebimento de incentivos da empresa Energia Verde do Grupo Queiroz Galvão por meio do Banco do Nordeste dentre inúmeros outros casos. Sem contar que este apoio não garante apenas esse aporte material, mas também um aporte ideológico, político e simbólico, pois são tutelados e legitimados pelo próprio estado isso em grande medida também colabora para a obtenção deste consenso social e desta hegemonia. Enquanto isso outros atores sociais, como a população do Projeto de Assentamento Califórnia, tem sofrido pressões sobre seus territórios, convivido com as incertezas ecológicas desse processo de eucaliptização e tentado enfrentar das mais diversas formas os conflitos e as contradições inerentes a este processo dominante. Mesmo tendo certa organização e um histórico de enfrentamento deste, por meios das suas diversas formas de resistências, essas resistências tem seus limites, haja vista a fragmentação interna das entidades e organizações sociais do assentamento, além de que cotidianamente necessidades materiais básicas precisam ser supridas.

Pelo que nos foi possível concluir ações foram e estão sendo feitas, como exemplo da implantação da biblioteca, a oferta de empregos em empresas terceirizadas e a parceria com a AAVA com a Suzano Papel e Celulose, mesmo se fazendo na melhor das intenções por parte tanto dos que receberam quanto dos que concederam isso se em número não aumenta este consenso social da empresa em si, mas pelo menos o qualifica significativamente, pois não são parcerias qualquer, são parcerias com uma população ou pelo menos parte dela que esteve a frente de um dos episódios de conflitos ecológicos talvez mais tensos dos últimos tempos na região amazônica. Nisto a atuação do estado também tem um peso importante, pois a medida que ao longo do tempo não tem atendido suficientemente demandas básicas desta população, com isso tem deixado a mesma muito vulnerável a ação de atores sociais do campo econômico que atendem estas e conseqüentemente obtém consensos e legitimação para o atendimento de seus interesses e manter sua dominação. Sendo que esta dominação não é

⁴⁷ Uma das propostas desse programa tinha por meta viabilizar o reflorestamento de uma área de 400 mil hectares com eucalipto para viabilizar a produção “sustentável” de carvão vegetal para indústrias siderúrgicas. (IDESP, 2009). Contudo este programa nunca foi executado.

plena, haja vista as formas de resistência construídas e mobilizadas ao longo do tempo pela população do Projeto de Assentamento Califórnia.

Diante destas conclusões acreditamos ter respondido a nossa pergunta de pesquisa, pois colocamos elementos que nos permitiram entender instrumentos e estratégias de dominação e resistência, num conflito ecológico e como ao longo da trajetória dos atores sociais envolvidos estes foram sendo modificados por meios das exigências e circunstâncias que foram surgindo, principalmente as ecológicas e ecologistas. Também confiamos na validade das hipóteses levantadas, isto porque por meio dos elementos ficou bastante nítido que os recursos e os meios naturais para as empresas tem sido fonte de acumulação de capital econômico, para a população do Projeto de Assentamento Califórnia estes recursos e meios tem sido usados e defendidos para a sua sobrevivência básica. Tais finalidades têm sido possibilitadas por cada ator social de diferentes formas, um por meio de uma dominação em que se baseia em consensos sociais que tem por base um consentimento recente que tem sido obtido em grande medida por apelos ecologistas em especial do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. O outro ator social tem empreendido formas de resistência das mais diversas possíveis e que as orientações de Alier (2012) nos permitiu interpretar também como ecologizadas, pois estas formas de resistência têm por finalidade garantir a disponibilidade e qualidade para o uso desses recursos e meios para a sobrevivência desta população.

Por fim ressaltamos e consideramos que em virtude de condições materiais e objetivas não foi possível permanecemos mais tempo em campo e isso em grande medida não possibilitou encontrar algo ou evidências mais fortes, detalhadas e precisas de formas de resistência cotidiana conforme orienta Scott (1985); (2002). Porém este referencial foi fundamental, pois nos possibilitou e ajudou a pensar ações, manifestações e organizações tão presentes na realidade e que diante de outros referenciais teóricos, como o próprio Gramsci (2011), que não nos possibilita os compreenderem enquanto formas de resistência.

REFERÊNCIAS

A BUSCA pela sustentabilidade socioambiental do setor siderúrgico no Pará começou. **Pólo Sustentável**, Belém, set./out. de 2007.

ALEIXO, Alexandre. Carajás. Belém, 2011. In: VALENTE, Renata *et al.* (Org.). **Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil**. Belém: Conservação Internacional, 2011.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres**. Editora Contexto. São Paulo, 2012.

ALTVATER, Elmar. **O Preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

ANDERSON, Perry. O outro Gramsci. In: ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. Boitempo Editorial. São Paulo, 2002.

ASSIS, Willian Santos; CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. **O uso de carvão vegetal como fonte de energia para o parque siderúrgico de Carajás: controvérsias ambientais, sociais e econômicas**. Marabá, 1 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF, 2006**. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/estatisticas/anuario-ABRAF-2006.pdf>. Acesso em 02 de março de 2013.

_____. **Anuário Estatístico da ABRAF, 2012**. Disponível em: http://www.abraflor.org.br/lenga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

BANCO DO NORDESTE financia R\$ 46,3 milhões para Energia Verde da Queiroz Galvão. [S.l.], **Jornal do Comércio**, 13 de jul. de 2013. Disponível em: jconlineblogs.ne10.uol.com.br/jcnegocios/2013/07/13/banco-do-nordeste-financia-r-463-milhoes-para-energia-verde-da-queiroz-galvao/. Acesso em: 12 de dez. de 2013.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem?: o desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. Belém, 2006. In: FERNANDES, Marconilia; GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-discursos do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

BOCLIN, Roberto Guimarães; DOURADO, José Ribamar. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. IEL. Brasília, 2008.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **BNDES: um banco de história e do futuro**. 2012. São Paulo, Museu da Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acesso em 10 de março de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: população rural Açailândia**. 2010. Brasília, IBGE, 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_pr_hom_mul.php?codigo=. Acesso em 10 de março de 2013.

_____. **Cidades: Açailândia**. 2013. Brasília, IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=210005#>. Acesso em 10 de março de 2013.

_____. CPRM – Serviço Geológico Brasileiro. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil- PGLB: Marabá – folha SB .22-X-D, Estado do Pará, Maranhão e Tocantins**. Brasília: CPRM/DIEGDIG/DEPAT, 2001.

_____. Lei n. 1.806 de 06 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 07 de jan. de 1953, Seç. 1, p.276. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacao-original-1-pl.html. Acesso em: 13 de nov. de 2013.

_____. Lei n. 5.174 de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de out. de 1966, Seç. 1, p.12566. Disponível em: [ww2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5174-27-outubro-1966-358981-publicacaooriginal-1-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5174-27-outubro-1966-358981-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 13 de nov. de 2013.

_____. Decreto de Lei n. 1813 de 24 de novembro 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de nov. de 1980. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm. Acesso em: 11 de dez. de 2013.

_____. Decreto de 05 de dezembro de 1996. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural constituído pelas “Fazendas Califórnia/Califórnia I e Divisor IV”, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de dez. de 1996, Seç. 1, p.25980.

_____. Decreto de 05 de março de 1997. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Califórnia II e Califórnia/Taúba”, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de mar. de 1997, Seç. 1, p.4247.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In:CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. FUNDAJ. Recife,1994.

CANDREVA, Luigi; MAESTRINI, Mário. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. Expressão Popular. São Paulo, 2007.

CAMINHADA em direção a um novo horizonte. **Pólo Sustentável**, Belém, set./out. de 2007.

CAMPOS, Indio; CHAGAS, Ronie C.M. Reflorestamento versus floresta nativa: tendências e desafios à siderurgia na Amazônia. **Papers do NAEA**, Belém, n.295, p.1-18, mai, 2012. Disponível em: <http://www.ufpa.br/naea/novosite/paper/listar>. Acesso em: 05 de março de 2013.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 323-336, mai.-ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a09v21n53.pdf> . Acesso em: 10 de junho de 2010.

_____. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia. In: Carneiro, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral da. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luis: Edufma, 2009

_____. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: Carneiro, Marcelo Sampaio; COSTA, Wagner Cabral da. **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luis: Edufma, 2009.

_____. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira: a EFCarajás e a propriedade da terra no Oeste Maranhense. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

CARVALHO, Clovis. **Entrevista concedida pelo Diretor da Unidade Avançada do INCRA em Imperatriz**, Imperatriz, 2 de mai. 2013.

CARVOEIROS fecham BR 010 em protesto a fiscalizações do Ibama. [S.l.], **Carta Maior**, 07 de abr. 2006. Disponível em: www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=10573. Acesso em: 18 de jun. 2013.

CASTAÑÓN, Gustavo Arja. Construtivismo social: a ciência sem sujeito e sem mundo. 2009. 239f. Dissertação de mestrado (Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CASTELLS, Manuel. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECEÑA, Ana Ester (Org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia. Apresentação. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT); et. al. **Carta aberta do Seminário “Estado e Campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás”**. Marabá, 01 de set. de 2007.

COMPROMISSO com o reflorestamento. **Pólo Sustentável**, Belém, março/abril de 2008.

COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Editora UFPA, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEXEIRA, Andréa de Paula. (Org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003.

D'AMATO, José Luis; LEIS, Héctor. O ambientalismo como movimento vital: análises de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In:CAVALCANTI, Clovis (org.).

Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. FUNDAJ. Recife,1994.

DE OLHO no debate sobre meio ambiente. **Pólo Sustentável**, Belém, jan./fev. de 2008. Sindiferpa.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. Hucitec: São Paulo. 2001.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Boitempo, Editora Unesp: São Paulo,1997.

EMMI, Marília Ferreira; MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. De posseiros a assentados: a precariedade das ações fundiárias no Sudeste do Pará. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

ENTRAVES para reflorestamento. **Polo Sustentável**, Belém, mai./jun. de 2008.

EUCALIPTO é matéria-prima de energia viável. **Polo Sustentável**, Belém, mar./abr. de 2008.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. Belém, 2006. In: FERNANDES, Marconilia; GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-discursos do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

Ferrovia Carajás é liberada pelos índios Guajajaras. [S.l.] **Mearimnet**, 09 fev. 2011. Disponível em: <http://www.mearimnet.com.br/2011/02/ferrovia-carajas-e-liberada-pelos.html>. Acesso em: 14 de mar. 2013.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos para a história econômica de Imperatriz**. Ética: Imperatriz, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GRACIOLLI, Edilson José; TOITIO, Rafael Dias. A responsabilidade social empresarial como aparelho de hegemonia. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21-22, p. 166-178, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1988.

_____, **Cadernos do Cárcere: Maquiavel sobre o estado e a política**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

GREENPEACE. **Carvoaria Amazônia: como a indústria de aço e ferro gusa está destruindo a floresta com a participação dos governos**. Manaus: Greenpeace, 2012. Disponível em: http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/documentos/2012/423%20-%20Pig%20Iron%20D3_portugues.pdf. Acesso em: 30 de mai. 2012.

GRUPO DE TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE (GTDN). Documento do GTDN: uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.28, n.2, p.387-432, out-dez 1997.

GUSA Carajás desativa em outubro. Marabá, **Hiroshi Bogéa on line**, 11 de jul. 2011. Disponível em: www.hiroshibogea.com.br/?p=9080. Acesso em: 14 de jun. 2013.

HÉBETTE, Jean. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais: reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. Belém, 2004. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

_____. O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. Belém, 2004. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2004.

HÉLIO Gueiros e lições de meio ambiente: vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=OZC3apvoTK4>. Acesso em: 13 de novembro de 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: AMADEO, Javier; BORON, Atílio A. GONZÁLES, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2007.

IBAMA embarga siderúrgica em Marabá. Rio de Janeiro. [S.l.], **O Globo**, 03 de mar. 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/03/02/294780298.asp>. Acesso em: 20 de mai. De 2011.

IBAMA e siderúrgicas negociam conflito no Maranhão. [S.l.], **Portal Vermelho**, 28 de abr. de 2006. Disponível em: www.vermelho.org.br/ma/noticia.php?id_noticia=1632&id_secao=73. Acesso em: 05 de mar. de 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Bases técnicas e referenciais para o programa de reestruturação florestal do Pará: um bilhão de árvores para a Amazônia**. Belém: IDESP, 2009.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. ANPOCS; EDUSC. Bauru, 2006.

LOCALIZAÇÃO favorece a cidade de Imperatriz, mas logística é precária. [S.l.], **Folha de São Paulo**, 02 de set. de 2012. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/1147162-localizacao-favorece-a-cidade-de-imperatriz-mas-logistica-e-precaria.shtml. Acesso em: 13 de jun. de 2013.

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. **1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO: os grandes investimentos privados e públicos do Maranhão e os desafios do desenvolvimento para os próximos 30 anos**. 2012. São Luis, SEDINC, 2012. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=4827cf9c-05e0-46ba-aa08-e4947bf230dc&groupId=63635. Acesso em 10 de março de 2013.

MARX, Karl. **O capital: o processo de produção do capital**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Introdução à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MATHIS, Armim. Serra Pelada. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercoros, 1997.

MEDEIROS, Josemar Xavier. Aspectos econômico-ecológicos da produção e utilização do carvão vegetal na siderurgia brasileira. In:CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. FUNDAJ. Recife,1994.

MENEZES. Marilda Aparecida de. **O conceito de economia moral em James C. Scott: possibilidades de aplicação para o campesinato**. Campinas, 25 mai. 2011.

MENEZES, Marilda; MALAGODI; Edgard. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Campina Grande, 2009.

MIRANDA, Syderlan Bezerra. A monocultura do eucalipto alterando o espaço agrário no oeste maranhense. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia. **Anais**. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1213_1.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

MONTEIRO, Maurílio. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.9, n.2, p.55-97, 2006. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/67/128> Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. Mineração e entropia: notas sobre interação com processos de desenvolvimento. **Novos cadernos NAEA**, Belém, v.10, n.1, p.23-44, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/69/143> Acesso em: 05 de maio de 2011.

_____. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Belém: Escola Técnica Federal do Pará, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998.

_____. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, Maria Célia N.; COTA, Raymundo Garcia (Org.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA; Editora Gráfica Supercores, 1997.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis, Editora UFSC, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Amazônia em disputa: projeto do capital x projeto popular**. São Paulo: MST, 2009.

NASCIMENTO, Celso G. **Os Aymara: construindo a revolução do ciberespaço**. 2010. 361f. Tese de Doutorado (Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2010.

OITO cidades assinam documento em que acusam guseiras de 'vilãs da Amazônia'. [S.l.], **O Liberal**, 31 de mar. de 2008. Disponível em: www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=332557. Acesso em: 10 de dez. de 2013.

PARÁ. Instrução Normativa n. 008 de 07 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o controle e monitoramento ambiental das indústrias de produção de ferro gusa e de carvão vegetal no Estado do Pará. **Imprensa do Estado do Pará**, Belém, n. 31064, p. 1, 10 dez. 2007.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Um bilhão de árvores para a amazônia: o Pará faz sua parte por um planeta melhor**. Belém, SEMA, 2008.

PARÁ: Vale está fechando guseira em Marabá, afirmam sindicalistas. [S.l.], **Folha do Bico**, 06 de out. 2011. Disponível em: folhadobico.com.br/10/2011/para-vale-esta-fechando-guseira-em-maraba-afirmam-sindicalistas.php. Acesso em: 13 de jun. de 2013.

PETIT, P. **Chão de promessas: elites políticas e transformações no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PITOMBEIRA, Karla Suzy Andrade. **A construção da responsabilidade social empresarial no polo siderúrgico de Carajás: o caso do Instituto Carvão Cidadão (ICC)**. 2011. 122f. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2011.

PLOEG, Jan Dowe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

POMPEU, Ulisses. Efeito dominó na siderurgia. **Correio do Tocantins digital**, Marabá 11 a 13 out. 2008. Disponível em: <http://digital.ctonline.com.br/>. Acesso em: 12 out. 2008.

REDCLIFT, Michael R. Os novos discursos da sustentabilidade. In: FERNANDES, Marconilia; GUERRA, Lemuel (org.). **Contra-discursos do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

RÉGIS, Mayron. Os projetos de plantios de eucalipto no estado do Maranhão. **Revista Cidadania e Meio Ambiente**, [S.l.]. 2010. Disponível em: www.ecodebate.com.br/2010/01/18/

os-projetos-de-plantios-de-eucalipto-no-estado-do-maranhao-artigo-de-mayron-regis/ Acesso em: 12 out. 2008.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; Et.al. Do outro lado dos trilhos: retratando assentamentos rurais ao longo da Estrada de Ferro Carajás em Açailândia (MA). **Revista Vitas**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 1-34, out. 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/revistavitas/images/Artigo%20DO%20OUTRO%20LADO%20DOS%20TRILHOS%20p%20n4.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2013.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Série Antropologia**, Brasília, n. 123, p. 1-36, 1992. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie123empdf.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2010.

RODRIGUES, Fabiano dos S. Ruralidade em um contexto de modernidade periférica: uma leitura a partir do acampamento João do Vale em Açailândia Maranhão. In: Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, IV., 2013, São Carlos. **Anais**. São Carlos: UFSCar, 2013.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECENÑA, Ana Esther. **Hegemonias e emancipações no século XXI**. CLACSO. Buenos Aires, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**, Salvador, v.21 ,p. 505-517, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9 ,p. 49-87, 1998.

SCOTT, James C. Formas da Resistência Camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol.21, n. 49, p. 10-31, jan./jun. 2002. (Tradução: Marilda Aparecida de Menezes e Lemuel Dourado Guerra).

_____. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale, Yale University Press, 1985.

_____. **Los dominados y El arte de La resistencia**. México, D.F. Ediciones Era, 2000.

_____. Revolution in the revolution: peasants and commissars. **Theory and Society**, Amsterdam, v.7, n. 1-2, p.97-134, 1979.

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. **Relatório de sustentabilidade 2008**. Marabá: SINOBRAS, 2008. Disponível em: <http://www.sinobras.com.br/>. Acesso em: 17 de nov. 2010.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2012**. Marabá: SINOBRAS, 2012. Disponível em: http://www.sinobras.com.br/arquivos/relatorio_sustentabilidade2012.pdf. Acesso em: 17 de fev. 2013.

SIDERÚRGICAS do PA usaram madeira ilegal. [S.l.], **Folha de São Paulo**, 22 de mar. 2008. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2203200815.htm. Acesso em: 10 de dez. de 2013.

SOUZA, H. **A Reprodução Sócio-econômica produtiva do campesinato no Sudeste Paraense: O Assentamento Palmares II, Parauapebas/PA**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós Graduação do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

SILVA, Manoel Alves da. **Arranjos Político-Institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais: a divisão territorial de Marabá na década de 1980**. 2006. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2001.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Estudo de Impacto Ambiental EIA/RIMA ramal ferroviário**. Imperatriz: Pöyry, 2012. Disponível em: [ttp://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/unidade-maranhao.htm](http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/unidade-maranhao.htm). Acesso em: 17 de fev. 2013.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

VALE de lágrimas I : vídeo. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=aYoRBTh7_4g. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

VALE de lágrimas II: vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nwNKe9ePj0o>. Acesso em: 15 de setembro de 2012.

VALE diz que MST invade fazenda no Maranhão. [S.l.], **Estadão**, 08 de mar. de 2008. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/nacional,vale-diz-que-mst-invade-fazenda-no-maranhao,136941,0.htm. Acesso em: 04 de set. de 2013.

VALE integra pelo quarto ano consecutivo Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. [S.l.], **Vale**, 09 de dez. de 2013. Disponível em: www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-integra-pelo-quarto-ano-consecutivo-indice-de-sustentabilidade-empresarial-da-bovespa.aspx. Acesso em: 09 de dez. de 2013.

VALE florestar planta 31 milhões de mudas. Belém, **Diário do Pará**, 4 de nov. 2010. Disponível em: <http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-118329-VALE+FLORESTAR+PLANTA+31+MILHOES+DE+MUDAS.html>. Acesso em: 20 de mai. 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1974.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WOOD, William R.; WILLIAMSON, John. Comparative Historical Sociology. In: BRYANT, Clifton D.; PECK, Denis L. **21 St Century sociology**. Los Angeles: Sage Publications, 2007.